

GERALDO MAGELA



## CPMF e caso Renan podem ser votados esta semana

O Plenário tem pauta cheia esta semana: na terça-feira, deve julgar o presidente licenciado do Senado, Renan Calheiros, por suposta falta de decoro

parlamentar; na quinta, pode votar em primeiro turno a prorrogação da CPMF. A discussão da proposta se encerra nesta segunda-feira.

PÁGINA 3

Paim foi um dos relatores do projeto que legalizou as centrais sindicais

### Senado mantém o imposto sindical

O caráter compulsório do imposto sindical foi mantido pelo Senado ao votar projeto que reconhece formalmente as centrais sindicais como representantes dos trabalhadores.

PÁGINA 4

### Cuidado com infância quebra cadeia da violência

PÁGINA 7

### e mais...

AGENDA

Página 2

VOZ DO LEITOR

AGORA É LEI

PERGUNTE AO SENADOR

FOTO DA SEMANA

FRASES

Página 13



CEZAR MAGALHÃES/FOLHA IMAGEM

Cela em Abaetetuba, onde a jovem estava encarcerada com presos do sexo masculino

## Caso da presidiária revolta país e expõe sistema falido

A manutenção de uma jovem em cela com presos do sexo masculino, em Abaetetuba (PA), gerou manifestações

de protesto no Senado, que criou comissão para analisar o caso e realizou audiência sobre o assunto.

PÁGINAS 8 E 9

## Cidadania

### Do que você precisa na hora de sacar o FGTS

O Especial Cidadania publica dicas úteis para quem precisar sacar o dinheiro depositado no Fundo de

Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Veja quem tem direito à retirada e os documentos exigidos.

PÁGINA 16

## Brasil entra no clube dos países de IDH alto

Relatório divulgado na semana passada pelo Pnud revela que o Brasil teve melhoria em desenvolvimento humano e, ao mesmo tempo, queda no ranking global.

PÁGINA 6

## Comissão aprova PPA e examina Orçamento

A Comissão de Orçamento concluiu a votação do relatório final ao projeto que institui o Plano Plurianual (PPA) para 2008-2011. Agora, o desafio é o Orçamento.

PÁGINA 4

## Portal do Senado facilita pesquisa

Com visual novo, o portal do Senado criou inúmeras facilidades para o usuário. O objetivo é permitir ao cidadão um acompanhamento mais eficaz das atividades legislativas.

PÁGINA 15





## PLENÁRIO

## Renan será julgado pelo Plenário nesta terça

Pouco depois de encerrada reunião da Comissão Diretora do Senado, na manhã de quarta-feira passada, o presidente interino da Casa, senador Tião Viana, informou ter marcado para esta terça-feira, às 14h, a sessão em que o Plenário vai deliberar sobre a acusação de que Renan Calheiros (PMDB-AL) faltou com o decoro parlamentar.

Trata-se da denúncia de que o presidente licenciado do Senado firmou uma sociedade secreta com o empresário João Lyra para a compra de um jornal e duas emissoras de rádio em Alagoas. Há duas semanas, no Conselho de Ética, foi aprovado parecer favorável ao entendimento de que houve quebra de decoro parlamentar.

Já a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou na última quarta-feira o parecer do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) de que não há nenhum impedimento de caráter constitucional, legal ou jurídico no projeto de resolução

apresentado pelo Conselho de Ética propondo a perda de mandato de Renan. À CCJ não cabe analisar o mérito da proposta.

O projeto de resolução foi apresentado pelo Conselho de Ética no último dia 14, como consequência da aprovação do parecer do senador Jefferson Péres (PDT-AM) à representação contra Renan Calheiros apresentada por dois partidos – DEM e PSDB – a partir de denúncias de que o presidente licenciado do Senado teria utilizado “laranjas” para adquirir as empresas de comunicação em Alagoas.

Caso a recomendação de Jefferson Péres seja confirmada no Plenário do Senado, na sessão marcada para esta terça-feira, Renan não apenas perderá seu mandato, como também ficará inelegível até 2019.

Na votação da CCJ, três senadores se posicionaram contra o parecer: Almeida Lima (PMDB-SE), Epitácio Cafeteira (PTB-MA) e Gilvam Borges (PMDB-AP).



Renan (E), na foto com Edison Lobão, é acusado de usar “laranjas” na aquisição de emissoras de rádio e TV em Alagoas

## Casagrande vê “clima favorável a absolvição”

O senador Renato Casagrande (PSB-ES) disse na quarta-feira que “o clima atual é favorável à absolvição” do presidente licenciado do Senado, Renan Calheiros. De acordo com o parlamentar, “a temperatura da crise baixou e a imprensa não está mais dando tanta atenção ao caso”.

– Agora estamos em meio a muitas votações que se espera que encerrem o ano de maneira positiva. Ninguém mais quer que um tremor abale o Senado. Além disso, Renan recuou e se licenciou da Presidência – analisou Casagrande, um dos relatores a pedir a cassação do presidente licenciado na primeira representação, arquivada pelo Plenário da Casa em 12 de setembro.

O líder do DEM, José Agripino (RN), entretanto, desaconselhou as previsões sobre o julgamento de Renan num momento em que o Senado trava um embate em torno da

prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira.

– Não vejo clima nenhum. Meu voto pessoal é pela cassação. Na terça-feira, esse assunto terá de ser tratado com muita responsabilidade – cobrou.

Em entrevista coletiva em que reafirmou seu desejo de suceder Renan, o senador Garibaldi Alves (PMDB-RN) disse que está “tendendo a votar contra a cassação”. Segundo ele, “a crise que ameaçava colocar a Casa de cabeça pra baixo” já passou. Além disso, salientou, o relator da terceira representação, senador Jefferson Péres (PDT), “reconheceu que não há provas muito evidentes”.

Garibaldi disse acreditar que Renan irá renunciar até terça-feira, data marcada para o julgamento do processo no Plenário do Senado, mas ponderou no sentido de que a disputa em torno da CPMF poderá “mexer” com os prazos da renúncia.



Arthur Virgílio, Jucá e Ideli negociam em Plenário: oposição e governo decidem destino de tributo

## Jucá: CPMF pode ser votada na quinta-feira

Líder do governo e relator da proposta de emenda à Constituição (PEC) que prorroga a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), o senador Romero Jucá (PMDB-RR) disse que a matéria deverá ser votada em primeiro turno pelo Plenário nesta quinta-feira. Ele vai propor ao presidente interino do Senado, Tião Viana, que a sessão comece às 9h da manhã de quinta para haver tempo, ao longo do dia, de os senadores discutirem exaustivamente a proposta antes de votá-la.

– Se tudo der certo, encerra-se o primeiro turno de discussão da matéria na segunda-feira. As emendas apresentadas serão então enviadas à Comissão de

Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Ali, quarta-feira, será votado meu parecer sobre as emendas. Quinta-feira, a proposta poderá ser votada em Plenário – disse Jucá.

Questionado por que a oposição diz que tem 34 votos para derrotar a CPMF, enquanto o governo afirma dispor de 49 votos para aprová-la, Jucá observou que a soma dessas contas resulta em mais senadores do que os 81 que representam a Federação brasileira.

– Acho que, nessas contas, está sobrando senador. O placar que vai valer é o placar do painel eletrônico do Plenário. Especulação não define votação – assinalou.

Indagado sobre o calendário de votações organizado por Tião

Viana, que a deliberação dessa matéria em 14 de dezembro, Jucá afirmou que o presidente interino age nos limites do Regimento Interno da Casa.

– Tião Viana só pode marcar a data na hora em que receber o processado. Ele trabalha dentro do regimento. A realidade dele será a do processado. Mas dá para votar quinta-feira, sim.

Já o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) disse não acreditar na votação, ainda neste ano, da prorrogação CPMF. Para ele, que falou à imprensa na sexta-feira, se os prazos regimentais que a Comissão de Justiça tem para exame de emendas de Plenário apresentadas à PEC forem usados, a matéria não será votada no Senado em 2007.

### Virgílio pede explicações a Mesquita Júnior

Arthur Virgílio (PSDB-AM) pediu esclarecimentos sobre proposta que o senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) teria recebido do subchefe de Assuntos Parlamentares da Presidência da República, Marcos de Castro Lima, para votar favoravelmente à prorrogação da CPMF em troca da liberação de emendas para o Acre, conforme publicou o Jornal do Brasil.

Mesquita Júnior confirmou o “assédio” do representante do Palácio do Planalto que o teria procurado para discutir a liberação de emendas.

### Sessão de sexta-feira inicia com polêmica sobre quórum

O Senado realizou na manhã de sexta-feira a quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da prorrogação da CPMF. Mas o líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), ocupou a tribuna para protestar contra a abertura da ordem do dia com a presença de apenas quatro senadores em Plenário. Ele argumentou, com base no Regimento Interno, que o quórum mínimo para votação – fase na qual disse estar também a discussão da matéria – é de 41 senadores em Plenário. O presidente interino da Casa, Tião Viana, no entanto, garantiu que havia sido fiel ao Regimento.

– É o Regimento. Viva o Regimento. Somente há necessidade de 41 senadores quando houver

votação de matéria. E a autoridade do Regimento tem que prevalecer.

Para Virgílio, no entanto, trata-se da abertura de um grave precedente que pode ir de encontro à integridade do Senado. Ele pretende recorrer à Comissão de Constituição e Justiça.

Toda PEC precisa passar por cinco sessões de discussão em Plenário antes de ser votada em primeiro turno, além de outras três sessões de discussão antes da votação em segundo turno. Caso não seja aprovada este ano, a CPMF deixará de ser cobrada a partir de janeiro. Por isso, Tião Viana anunciou sessões deliberativas às segundas e às sextas-feiras.

**TURBULÊNCIA** - Aloizio Mercadante (PT-SP) alertou, em Plenário, na sexta-feira, para a perspectiva de uma crescente turbulência financeira internacional e advertiu que o Brasil poderá ser atingido com maior intensidade caso renuncie à receita anual de R\$ 40 bilhões que a prorrogação da CPMF propiciará. O senador pediu que os senadores votem com responsabilidade a matéria a fim de que o Brasil fique preparado para enfrentar tal crise.

**VOTO CONTRÁRIO** - Em discurso na sexta-feira, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) reiterou sua posição contrária à prorrogação da CPMF. Disse que o Senado é o local apropriado para a discussão de temas como esse, que dizem respeito a todos os cidadãos, porque todas as unidades da Federação estão representadas igualmente na Casa - por três senadores. - Aqui a Federação funciona, aqui todos os estados são iguais - lembrou Mozarildo.

## PLENÁRIO

# Senado legaliza centrais sindicais

Os senadores aprovaram por unanimidade, em votação simbólica, projeto de lei da Câmara (PLC 88/07), enviado pelo Poder Executivo, que reconhece formalmente as centrais sindicais para representar os trabalhadores e participar de negociações em fóruns, colegiados de órgãos públicos e demais espaços de composição tripartite nos quais estejam em discussão assuntos de seu interesse. Como sofreu modificações no Senado, o projeto volta para a Câmara.

Os relatores no Senado foram Francisco Dornelles (PP-RJ), Lúcia Vânia (PSDB-GO) e Paulo Paim (PT-RS), respectivamente nas comissões de Assuntos Econômicos (CAE), de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Sociais (CAS). Na sexta-feira, Paim comemorou a decisão.

– Se, de um lado, as centrais conquistaram reconhecimento político e institucional, não tinham ainda assegurado em lei suas atribuições e prerrogativas como entidades de representação geral dos trabalhadores.

Uma das emendas da Câmara rejeitadas pelos senadores é a

que estabelecia que o desconto do imposto ou contribuição sindical na folha de pagamento dos empregados (pago todo mês de março) só poderia ser feito desde que autorizado pelo trabalhador. A emenda foi rejeitada depois de acordo firmado entre governo, oposição e sindicatos para que, em 90 dias, um grupo de trabalho encabeçado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, com participação de trabalhadores e empresários, elabore estudo sobre mecanismos definitivos de sustentação financeira dos sindicatos.

Esse grupo deverá também regulamentar a cobrança das contribuições sindicais. O objetivo é instituir uma contribuição negociada, vinculada ao exercício efetivo da negociação coletiva e à aprovação em assembléia geral.

Com base nesse trabalho, o governo deverá propor projeto de lei para disciplinar a contribuição sindical negociada. Francisco Dornelles propôs uma emenda extinguindo a contribuição sindical da forma em que é feita atualmente somente após a nova regulamentação para a matéria que resultará do trabalho do grupo.



Dirigentes de centrais sindicais ocuparam as galerias durante a votação, no Plenário do Senado, do projeto do Executivo

## Aprovado plano para dragagem dos portos

Com 38 votos favoráveis, 20 contrários e uma abstenção, o Senado aprovou o Projeto de Lei de Conversão 37/07, proveniente da Medida Provisória 393/07, que institui o Programa Nacional de Dragagem Portuária e Hidroviária para melhorar o funcionamento dos portos e as atividades do setor, que desde 1997 demanda obras de recuperação e expansão de instalações. O programa será implantado pela Secretaria Especial de Portos e pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit). A matéria vai à sanção do presidente da República. O relator, Aloizio Mercadante (PT-SP), favorável à aprovação, lembrou que, sem a dragagem, o Brasil experimentará um gargalo estrutural e sofrerá nas exportações, pois não terá como dar vazão ao crescimento verificado nos últimos anos.

## Plenário acolhe indicações presidenciais

O Plenário do Senado aprovou as indicações, para diretores do Banco Central, de Maria Celina Berardinelli Arraes (Assuntos Internacionais), Alvir Alberto Hoffman (Fiscalização) e Anthero de Moraes Meirelles (Administração).

Também acolheu os nomes de Haroldo Borges Lima para a Agência Nacional do Petróleo (ANP); de Rômulo Ferreira Neto para a Diretoria Ferroviária do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit); dos desembargadores Jorge Mussi e Sidnei

Agostinho Beneti para ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ); e dos novos embaixadores Carlos Antônio Paranhos (Rússia e Belarus); Marco Antônio Diniz Brandão (Índia, Nepal e Bangladesh) e Carlos Augustos Santos Neves (Reino Unido).

## CRE confirma quatro embaixadores

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) realizou sabinas e aprovou as indicações do presidente da República dos seguintes embaixadores: para Angola, Afonso José Sena Cardoso; para a África do Sul, José Vicente de Sá Pimentel,

atualmente na embaixada da Índia; para a Guatemala, Luiz Antônio Fachini Gomes; e do atual embaixador brasileiro na Sérvia, ministro de segunda classe Dante Coelho de Lima, para exercer, cumulativamente, o cargo junto à República de Montenegro.

## COMISSÕES

## CMO define investimentos até 2011

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) concluiu a votação do relatório final do deputado Vignatti (PT-SC) ao projeto que institui o Plano Plurianual (PPA) 2008-2011. Dos 503 pedidos de destaque para votação em separado apresentados pelos membros da CMO, a comissão acatou sete de modo integral e 211 de forma parcial. Outros 285 foram rejeitados.

O parecer eleva a estimativa de receitas para o período 2008-2011 em R\$ 42 bilhões. O relator destinou metade desses recursos para emendas de banca e a outra metade foi dividida, em partes iguais, entre emendas de comissões e emendas individuais.



Vignatti (E) e o presidente da CMO, José Maranhão (D): PPA definido

Vignatti sugere três programas que não estavam previstos no projeto do governo: dois na área de infra-estrutura urbana e um para aquisição de alimentos produzidos na agricultura familiar.

A lei do PPA, como determina a Constituição, define de forma

regionalizada as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública federal para as despesas de capital e para as despesas correntes (decorrentes das despesas de capital e das despesas relativas aos programas de duração continuada).

## Orçamento 2008 aguarda relatórios setoriais

A CMO deve votar entre terça e quinta-feira os dez relatórios setoriais que servem de base para o relatório final do projeto do Orçamento da União para 2008. Foi o que previu, na semana passada, o relator-geral, deputado José Pimentel (PT-CE).

Os consultores da Câmara e do Senado iriam trabalhar no final de semana para consolidar os primeiros relatórios setoriais,

contendo a análise das emendas individuais e coletivas e as respectivas propostas orçamentárias. Pelo cronograma original, a entrega deveria ter sido concluída na quinta-feira, mas feriados e manobras de obstrução realizadas pela oposição nas últimas semanas, tanto na Câmara como no Senado, repercutiram sobre os trabalhos da CMO e exigiram um reajuste nas datas.

– Apesar disso, os prazos serão cumpridos. O cronograma é perfeitamente administrável – comentou José Pimentel, assegurando que o prazo de votação do relatório final na comissão mista permanece fixado na data de 17 de dezembro.

O projeto recebeu 9.619 emendas à despesa, incluindo 7.877 individuais de deputados federais e 1.121 de senadores.

## Desconto em salários não será permitido

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou, em decisão terminativa, projeto do senador César Borges (PR-BA) que proíbe descontos nos salários de trabalhadores – como caixas de supermercados, garçons e frentistas – de valores relativos a pagamentos feitos por usuários por meio de cheques sem provisão de fundos ou de cartões de crédito clonados. Pelo projeto (PLS 194/07), também fica proibido o desconto nos salários de valores que tenham sido roubados ou furtados no estabelecimento e registrados em boletim de ocorrência policial. A proposição determina ainda que os acordos e convenções coletivas estabelecerão regras acautelatórias para o recebimento de cheques bancários, cartões de crédito ou de débito e para a guarda dos valores resultantes dos serviços prestados no estabelecimento.

## Lojistas poderão vender com preços diferenciados

O projeto de lei que permite aos comerciantes fixar diferentes preços em suas vendas – conforme sejam feitas em dinheiro ou com cartão de crédito – foi aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A proposta, de autoria do senador Adelmir Santana (DEM-DF), ainda tem de ser votada em decisão terminativa na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

O projeto (PLS 213/07) acrescenta um artigo ao Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90) para determinar que “não se considera abusiva a fixação de preço diferenciado na venda de bens ou na prestação de serviços pagos com cartão de crédito em relação ao preço à vista”.

Adelmir Santana argumentou que, se os lojistas forem autorizados a diferenciar seus preços, os consumidores poderão pagar valores mais baixos nos pagamentos à vista. Em 2004, o Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça considerou abusiva a cobrança diferenciada.

## COMISSÕES

## Mães de prematuros e gêmeos podem ter licença de 180 dias

Em decisão terminativa (sem a necessidade de votação pelo Plenário), a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou projeto do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) que aumenta de 120 para 180 dias a licença-maternidade, em casos que demandem tratamento especial dos bebês – nascimentos prematuros; crianças portadoras de doenças ou má-formação grave; e gêmeos.

O projeto (PLS 300/07) determina ainda que esse período adicional dará direito ao salário-maternidade, pago pela Previdência Social. A relatora Rosalba Ciarlini

(DEM-RN) propôs emendas para aperfeiçoar o projeto, e elogiou a iniciativa.

– Ela resolve, em parte, o problema, ao atribuir a responsabilidade pelo custeio à conta das dotações próprias do Orçamento da Seguridade Social – afirmou a relatora.

Azeredo destacou que, “ainda que o prazo de concessão atual seja bastante razoável para a maioria das situações, há casos que demandam tratamento especial” e fazem com que a presença materna torne-se ainda mais indispensável que o normal.

## Proposta amplia doações das loterias para a Cruz Vermelha

Proposta que destina à Cruz Vermelha Brasileira 0,15% da arrecadação das loterias da Caixa Econômica Federal foi aprovada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Mas o projeto (PLS 110/04) ainda deverá ser votado novamente na CAE porque o texto aprovado é um substitutivo integral do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) ao original apresentado por Marcelo Crivella (PRB-RJ). Desde 1981, a Lei 6.905 já reserva, a cada ano, a renda líquida de um dos concursos da Loteria Esportiva para a Cruz Vermelha Brasileira. Como era a única loteria existente no país, a Loteca tinha arrecadações muito maiores do que as de hoje em dia. Por isso, as verbas recebidas pela Cruz Vermelha foram dramaticamente reduzidas. O projeto prevê uma porcentagem (0,15%) sobre todas as loterias da Caixa.

## Valadares quer incentivar economia de água

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) aprovou projeto de Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) que busca incentivar a economia no consumo de água.

Relatado por Leomar Quintanilha (PMDB-TO), o PLS 504/07, que altera dispositivos da lei do saneamento básico, segue para deliberação da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), onde terá decisão terminativa.

Além de incluir a moderação do consumo entre os princípios fundamentais que norteiam a prestação dos serviços de saneamento e abastecimento de água, a proposta trata dos “equipamentos e métodos economizadores de água”.

No artigo 49, por exemplo, propõe incorporar aos objetivos da Política Nacional de Saneamento Básico a promoção da “educação ambiental” e o incentivo à adoção de “equipamentos sanitários que contribuam para a redução do consumo de água”.

## Confea deverá adotar representação federativa nas reuniões plenárias

O plenário do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea) deverá incluir o princípio da representação federativa – ou seja, a presença de um profissional de cada estado e do Distrito Federal.

É o que prevê projeto de lei da Câmara (PLC 123/06), relatado por Inácio Arruda (PCdoB-CE) e aprovado pela CAS na semana

passada. Os conselhos federal e estaduais reúnem cerca de 850 mil profissionais.

No Confea, a representação atual de 18 membros seria ampliada para 32: um presidente, 27 conselheiros (um para cada estado da Federação), três vagas para escolas superiores de Engenharia, Arquitetura e Agronomia e outra para as instituições de ensino técnico.

**TRÂNSITO E DEFICIÊNCIA** - Os acidentes de trânsito como principal causa de deficiência no Brasil e a acessibilidade urbana serão temas de audiência pública conjunta das comissões de Assuntos Sociais e de Direitos Humanos e Legislação Participativa no dia 12 de dezembro. A proposta é do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG). Serão convidados, entre outros, os ministros da Saúde, das Cidades e da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República.

**RÁDIOS CLANDESTINAS** - Audiência pública no Senado discutirá a interferência provocada pelas rádios clandestinas nas comunicações entre os pilotos e os centros de controle do tráfego aéreo. O debate ocorrerá na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, por sugestão de Valter Pereira (PMDB-MS). Segundo o parlamentar, as transmissões irregulares colocam em risco a segurança de tripulantes e passageiros.



Projeto aprovado pela CCT pode contribuir para a expansão do crédito e a defesa do consumidor

# Acesso do cliente ao cadastro positivo

Os bancos poderão ser obrigados a disponibilizar aos clientes, por meio eletrônico e de forma gratuita, consulta ao chamado cadastro positivo – informações sobre operações de crédito contratadas nos últimos cinco anos.

É o que prevê projeto do senador Adelmir Santana (DEM-DF) aprovado pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). A proposta (PLS 538/07) será agora submetida a decisão terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Na justificativa, Adelmir San-

tana argumenta que o cadastro positivo será mais uma ferramenta de defesa do consumidor e deverá contribuir para a expansão do crédito.

Como forma de proteção aos usuários, o relator, Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), apresentou emendas determinando que o cliente seja informado sobre a existência do cadastro no ato de contratação do crédito e que as informações cadastrais sejam fornecidas exclusivamente ao titular da operação.

Em seu voto favorável ao projeto, ACM Júnior ressalta que o propósito é facilitar o acesso

do cliente às suas operações de crédito, sem permitir que tais informações se tornem públicas. Ele argumenta ainda que a medida poderá ser implementada sem custos adicionais para os bancos, o que deverá assegurar a gratuidade dos serviços.

Também constante da agenda do colegiado, o projeto que altera as regras de funcionamento das centrais de atendimento telefônico (call centers) foi retirado de pauta a pedido do relator, senador Cícero Lucena (PSDB-PB), que deverá apresentar seu voto na próxima reunião da comissão.

## Comissão aprova selo para premiar municípios

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) aprovou na quinta-feira (29), em decisão terminativa, projeto do senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) que institui o Selo Estatuto da Cidade. O selo deverá ser outorgado pelo governo federal aos municípios que impulsionarem a implementação e a consolidação das metas, ações e diretrizes contidas no Estatuto da Cidade (Lei 10.257/01). Esses municípios terão benefícios da União para a execução de programas sociais, em especial nas áreas de saneamento, infra-estrutura, habitação, saúde, educação, transporte e mobilidade urbana, sempre ob-

servando a Lei de Responsabilidade Fiscal.

O projeto (PLS 69/07), que teve como relator ad hoc Valter Pereira (PMDB-MS), recebeu parecer favorável da relatora, Fátima Cleide (PT-RO), e foi aprovado com emenda de Cícero Lucena (PSDB-PB).

A alteração ao texto original determina que os critérios de seleção e premiação, diferenciados segundo a população e a renda dos municípios, serão fixados pelo Conselho das Cidades (ConCidades), órgão criado em 2004 no âmbito do Ministério das Cidades, destinado a propor diretrizes para o desenvolvimento urbano.

## Projetos buscam transparência para os fundos constitucionais

Também na semana passada, a CMA aprovou substitutivo do senador Flávio Arns (PT-PR) a projeto de lei da Câmara (PLC 116/07) que obriga a divulgação, no Diário Oficial da União e no site do Ministério da Justiça na internet, dos valores revertidos ao Fundo de Defesa dos Direitos Difusos.

O fundo, vinculado ao Ministério da Justiça, reúne o dinheiro obtido com multas e condenações judiciais daqueles que causaram danos ao meio ambiente ou violaram os direitos do consumidor, entre outros interesses difusos.

Também foram aprovadas pela comissão propostas do senador Augusto Botelho (PT-RR) para que sejam solicitadas ao controlador-geral da União, ministro Jorge Hage, e ao ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima, informações acerca da avaliação da execução orçamentária e financeira do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO).

Por sugestão do senador Sibá Machado (PT-AC), o pedido de informações foi também enviado aos presidentes dos bancos do Brasil, da Amazônia e do Nordeste.

## Carne suína pode ser incluída na lista dos preços mínimos garantidos

A carne suína poderá ser incluída na pauta de produtos amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), fixados pelo Decreto-Lei 79/66 e pela Lei 8.427/92. É o que prevê projeto aprovado na semana passada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

Com o preço mínimo garantido – observou Valdir Raupp (PMDB-RO), autor da proposta –, a carne suína estaria protegida de eventuais crises externas, a exemplo da ocorrida em 2005, com o embargo imposto pela Rússia à suinocultura de Santa Catarina, o que, lembrou o parlamentar, causou grandes prejuízos ao estado e aos produtores.

O PLS 348/07 recebeu parecer do relator, senador Raimundo Colombo (DEM-SC), e segue agora para discussão na Comissão de Assuntos Econômicos, que dará a decisão terminativa ao projeto.

A CRA também deu seu aval ao PLS 57/01, de Alvaro Dias (PSDB-PR), que responsabiliza os proprietários ou concessionários de represas pelo incentivo à aquíicultura e à piscicultura em lagos, açudes e outros. O projeto, relatado pelo senador João Durval (PDT-BA), pretende diminuir os impactos socioeconômicos e ambientais de tais empreendimentos.

DESENVOLVIMENTO

Revisões estatísticas, ao lado de melhorias nos campos avaliados, são responsáveis por ingresso

# Brasil entra para o clube de alto IDH

**R**elatório divulgado na semana passada pelo Programa de Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas (Pnud) revelou que o Brasil figura, pela primeira vez, no clube dos países considerados de alto Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), com o número de 0,800 – em uma escala de 0 a 1 –, o que é considerado alto.

Apesar disso, caiu uma posição no ranking global, passando da 69ª para a 70ª e última entre os de alto desenvolvimento humano. Albânia e Arábia Saudita ultrapassaram o Brasil, que em compensação superou a Dominicana.

Países como Rússia, Macedônia, Albânia e Belarus também ingressaram no mesmo rol.

Ao divulgar os dados (relativos a 2005), a ONU ressaltou, porém, que a ascensão do país se deve não só a melhorias na qualidade de vida, mas à revisão de alguns indicadores brasileiros e da própria metodologia adotada para o cálculo do IDH.

Se a conquista é simbólica (o índice anterior era de 0,792, já muito próximo do patamar), não

deve ser encarada com excessivo entusiasmo.

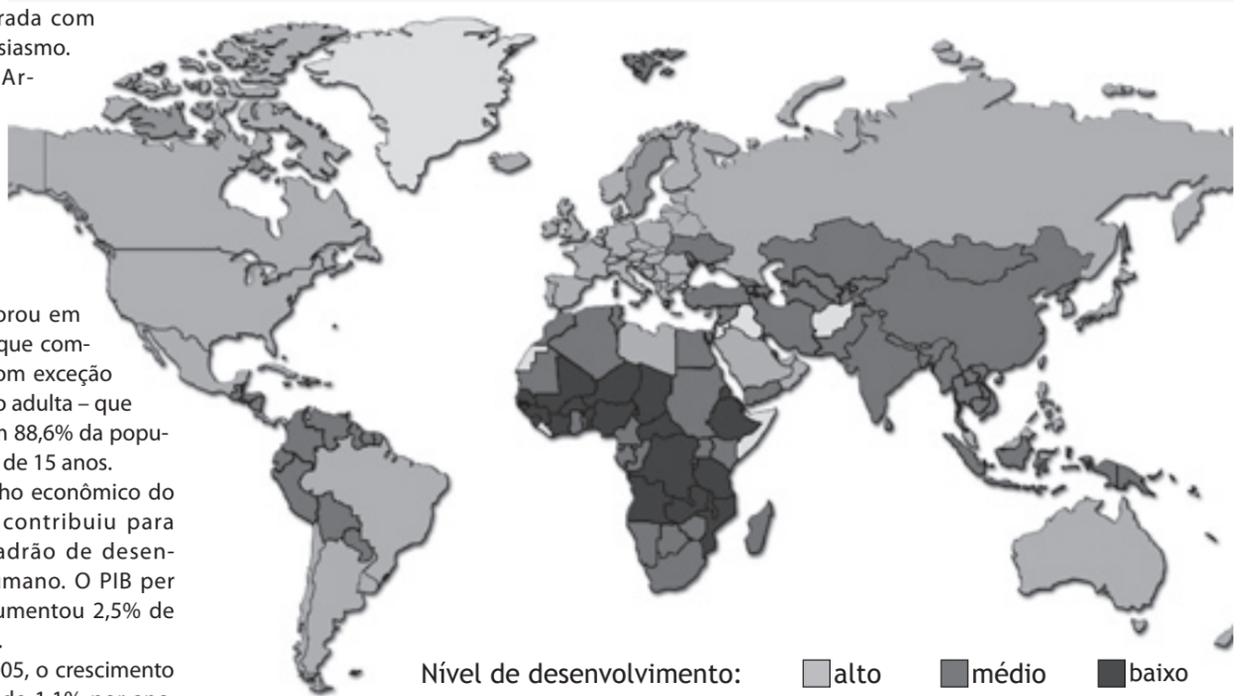
Países como Argentina, México e Cuba estão à frente do Brasil no ranking há mais de 20 anos.

O país melhorou em todos os itens que compõem o IDH, com exceção da alfabetização adulta – que ficou estável em 88,6% da população com mais de 15 anos.

O desempenho econômico do país também contribuiu para melhorar o padrão de desenvolvimento humano. O PIB per capita anual aumentou 2,5% de 2004 para 2005.

De 1990 a 2005, o crescimento foi, em média, de 1,1% por ano, ritmo igual ao da Argentina, mas bastante inferior ao do Chile – que cresceu em média 3,8% ao ano. Outro dado que contribuiu para o desempenho brasileiro foi o aumento na expectativa de vida – de 71,5 anos para 71,7 anos.

“Apesar de o Brasil ainda ser um dos países mais desiguais



em termo de distribuição de renda, tem havido alguns passos na direção correta”, declarou Kevin Watkins, coordenador do relatório.

“Os últimos quatro anos viram mudanças nas políticas públicas em áreas fundamentais, o que

muito claramente ofereceu benefícios para os pobres do Brasil. Acho que vemos sinais muito positivos no Brasil e o governo Lula alcançou muito disso”, afirmou.

Watkins frisou, porém, que ainda há muito a ser feito, princi-

palmente em relação à distribuição de renda, terra e crédito, e pediu mais eficiência na cobrança de impostos. “O fato é que muitos países com renda mais baixa do que a do Brasil têm um desempenho melhor em indicadores chave”, observou.

## País vive momento inédito, resalta Aloizio Mercadante

A inclusão do Brasil no grupo de nações de alto desenvolvimento humano, conforme avaliação do Programa das Organizações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), foi saudada pelo senador Aloizio Mercadante (PT-SP), em discurso no Plenário na terça-feira passada. Conforme ressaltou o parlamentar, é a primeira vez que o país atinge essa condição, combinando ampla democracia, crescimento econômico e distribuição de renda.

O senador lembrou que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi estabelecido pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1975 e desde então são feitas comparações entre as nações quanto à condição de saúde, educação e padrão de vida, este último incluindo cres-

cimento econômico e produto interno bruto (PIB) per capita. Ao explicar que o último relatório divulgado pelo Pnud analisa dados de 2005, Mercadante ressaltou que a classificação do país deverá ser ainda melhor quando forem considerados os dados de

2006 e 2007. Ele explicou que, atualmente, apenas 70 nações são classificadas como de alto desenvolvimento humano.

– O Brasil tem hoje um PIB per capita de US\$ 8.402, uma expectativa de vida de 71,7 anos, além de 87,5% de brasileiros em idade escolar frequentando a escola. Desde o pós-guerra, o país não vive um cenário como esse, de crescimento econômico, ampla democracia, estabilidade de economia e distribuição de renda – ressaltou.

**Atualmente, apenas 70 nações estão no topo, informa o senador**

## O que é o índice

O IDH – que varia de 0 a 1 – leva em consideração quatro variáveis: expectativa de vida, alfabetização adulta, quantidade de alunos matriculados em escolas e universidades e riqueza *per capita*. Países com nota de 0,800 ou superior são considerados de alto desenvolvimento humano pelo PNUD. Os países com menos de 0,500 tem IDH baixo.

O índice lista 175 países-membros da ONU mais Hong Kong e os territórios palestinos. Ele não inclui 17 países, entre os quais o Iraque, o Afeganistão e a Somália, porque não há dados suficientes a respeito deles.

O melhor desempenho do Brasil segue uma tendência generalizada de aumento da pontuação do IDH. Em 1975, a Suíça ocupava o primeiro posto com um IDH de 0,883, suficiente apenas para posicioná-la em 34º lugar na lista atual, atrás até do Kuwait.



Expectativa de vida da população está entre os quatro critérios considerados pelas Nações Unidas para determinar o IDH dos países

QUADRO COMPARATIVO						
Posição	País	Expectativa de vida (anos)	Alfabetização	Matrículas	PIB per capi (US\$)	IDH
1	Islândia	81,5	99%	95,4%	36.510	0,968
70	Brasil	71,7	88,6%	87,5%	8.402	0,800
38	Argentina	74,8	97,2%	89,7	14.280	0,869
177	Serra Leoa	41,8	34,8%	44,6%	806	0,336

## Brasil e o novo IDH

### Melhorou, mas não muito

**\* IDH do país (1)**

2004 0,792  
2005 0,800

**\* Expectativa de vida (2)**

2004 71,5 anos  
2005 71,7 anos

**\* PIB per capita (3)**

2004 US\$ 8.325  
2005 US\$ 8.402



(1) Apesar da elevação do índice, posição no ranking caiu de 69ª para 70ª.  
(2) Segundo o Pnud, alteração foi motivada pela revisão feita em 62 países em relação à sobrevivência de portadores de HIV.  
(3) Revisão de metodologia do IBGE, anunciada este ano, alterou de 2,9% para 3,2% o crescimento do PIB brasileiro em 2005.

## Atrás dos vizinhos

Outros seis países da América Latina estão classificados como de alto desenvolvimento humano – Argentina, Chile, Uruguai, Costa Rica, Cuba e México, todos à frente do Brasil

**\* Desigualdade social**

Brasil os 20% mais ricos ganham 21,8 vezes mais que os 20% mais pobres  
Chile 15,7 vezes  
México 12,8 vezes  
Uruguai 10,2 vezes

**\* Morte de mulheres logo após o parto**

Brasil 110 por 100 mil hab.  
Argentina 77 por 100 mil hab.  
México 60 por 100 mil hab.

**\* Mortalidade Infantil**

Brasil 33 mortes/mil  
Argentina 18 mortes/mil  
Uruguai 15 mortes/mil

**\* Rede de esgotos**

Brasil 75% da população  
Argentina 91%  
Uruguai 100%

**\* Abastecimento de água**

Brasil 90% da população  
Argentina 96%  
Uruguai 100%

↙ Os EUA caíram de 8º para 12º no ranking do IDH  
↙ O Japão registra a maior expectativa de vida: 82,3 anos  
↙ O PIB per capita da Islândia é 45 vezes maior que o de Serra Leoa

## DIREITOS HUMANOS

Evento reúne no Senado, durante dois dias, parlamentares, especialistas e membros do governo



Simon, ao lado do presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, Tião Viana e Cristovam, diante de um auditório lotado: é preciso que indignação se transforme em ação

## Fórum: como levar a paz às crianças?

No segundo e último dia de atividades do 3º Fórum Senado Debate Brasil, que neste ano discute “Políticas para a Primeira Infância – Quebrando a Cadeia de Violência”, especialistas de instituições do Executivo federal explicaram os diversos programas e ações públicas voltados para as crianças de zero a seis anos no país. O evento foi aberto por Paulo Paim (PT-RS), com uma palestra sobre a importância da família no desenvolvimento da criança.

– A família deve ser incitada a estar presente em todos os momentos de vida de seus filhos. Presença que implica envolvi-

mento, comprometimento e colaboração – afirmou o senador.

Logo após enaltecer projetos do Poder Legislativo e trabalhos de várias instituições voltadas para a primeira infância, Paim externou sua preocupação em relação ao trabalho infantil e à redução da maioria penal, medida que vem sendo defendida como forma de diminuir a violência no país.

A jornalista Âmbar de Barros, coordenadora do Núcleo Infanto-juvenil da TV Cultura e moderadora do fórum, destacou que a bandeira da primeira infância é “óbvia e necessária”, mas o Brasil está demorando muito para dar a devida atenção a essa fase de

desenvolvimento, que, segundo ela, é “fundamental”.

– É só no trabalho de todos, juntos, e só com políticas de estado duradouras que vamos superar

### Especialistas do Executivo expuseram programas governamentais

os desafios. É preciso toda uma Nação e todas as suas forças e um bom orçamento para isso – afirmou a jornalista.

Rita Coelho, coordenadora de

Educação Infantil do Ministério da Educação, ao abordar as políticas educacionais para a primeira infância, declarou que um dos tipos de violência mais graves na área é o desrespeito aos direitos da criança, entre eles o direito à educação infantil. Entre os desafios propostos para garantir esses direitos, o MEC tem destacado, segundo ela, uma série de prioridades, como o acesso à educação infantil, principalmente entre as faixas etárias compreendidas de zero a três anos; a formação adequada de docentes para o ensino infantil; o acesso igualitário de crianças negras e pardas, além da necessidade de

recursos para infra-estrutura de instituições públicas e privadas, bem como para garantir novas vagas nas escolas.

Já a coordenadora de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes da Secretaria dos Direitos Humanos, Maria do Socorro Mota, fez uma exposição sobre as políticas de direitos humanos para a primeira infância. Lembrou que há atualmente, no Brasil, 60 milhões de crianças e adolescentes, 23 milhões delas com até 6 anos de idade, e que o governo federal tem trabalhado de forma integrada para executar políticas públicas voltadas para essa faixa da população.

### Tião Viana: evento contribui para proteção infantil

Ao inaugurar os trabalhos do 3º Fórum Senado Debate Brasil na quarta-feira, o presidente interino da Casa, Tião Viana, definiu o evento como uma importante contribuição para a união de esforços destinados a proteger a criança. Referindo-se às crianças que nascem diariamente sem a perspectiva de uma vida saudável, o senador perguntou:

– Desse milhões de crianças que saem desse mundo encantado, que é o útero, quantas são acolhidas de fato com amor, com carinho e com afeto?

Tião Viana lembrou que as mais recentes pesquisas científicas têm comprovado que os primeiros anos de vida são os mais importantes para que os indivíduos atinjam seu pleno desenvolvimento físico, emocional e intelectual. E explicou que é nessa etapa da vida que ocorre a maior produção de sinapses (conexão entre neurônios) e que o cérebro se estrutura para propiciar a aprendizagem, o entendimento e a comunicação.

### Pedro Simon pede fim da banalização da vida

“Um marco divisório no nosso tempo.” Foi assim que o senador Pedro Simon (PMDB-RS) definiu o 3º Fórum Senado Debate Brasil. Na abertura dos trabalhos, na quarta-feira, no auditório Petrônio Portela, Pedro Simon afirmou que o evento será um capítulo importante pelo fim da banalização da vida e pelo resgate do verdadeiro conceito de humanidade, e que deverá propiciar “uma mudança de valores, de atitudes e de referências”.

– Estou certo de que este nosso encontro irá muito além da emoção, da comoção e da indignação: é preciso que esses sentimentos se transformem em ação – disse Pedro Simon.

O presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, avaliou que o encontro “irá orientar a ação do Congresso Nacional e dos outros Poderes para serem desenvolvidas políticas sociais voltadas ao amparo da criança e do adolescente”.

### Patrícia Saboya: é essencial contato entre mãe e bebê

A senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) lembrou, durante 3º Fórum Senado Debate Brasil, que o Senado aprovou recentemente um projeto de lei de sua autoria (PLS 281/05) que amplia a licença maternidade de quatro para seis meses. A parlamentar afirmou que o projeto é importante por aumentar o contato da mãe com o recém-nascido, o que ajudaria a criar um laço maior entre os dois.

– Existe hoje uma compreensão maior do que é a primeira infância, e de como os primeiros anos são fundamentais para o desenvolvimento físico e intelectual – disse Patrícia.

Outro participante do fórum, o psiquiatra Salvador Célia, declarou que a mãe deve receber mais atenção nos exames pré-natal, o que poderia facilitar a detecção de depressão na gestante.

– O estresse pode se alastrar da mãe para o filho, gerando problemas para a criança – frisou Salvador.

### Psiquiatra francês defende segurança afetiva da criança

O especialista francês em psiquiatria infantil, Hubert Montagner, considera fundamental a segurança afetiva das crianças para erradicar a violência, reduzir o fracasso escolar e evitar distúrbios de comportamento. Durante audiência pública nas comissões de Educação (CE) e de Assuntos Sociais (CAS), Montagner classificou de “estúpido” o uso do medicamento Ritalina para tratar a hiperatividade.

– Não é uma doença, é um mal-estar, uma insegurança afetiva. Os prescritores de ritalina é que deveriam ser tratados.

Com o objetivo de prevenir a violência, o psiquiatra defende a criação de estruturas que acolham tanto a família como

as crianças pequenas, o pré-adolescente e o adolescente. Para ele, é importante que as crianças cresçam seguras para enfrentar o convívio social pacífico.

Montagner contou que experiência realizada na França criou creches especiais, destinadas a crianças abandonadas, com ambientes que trabalham aspectos psicomotor, lingüístico, aquático e o sono, além de biblioteca e espaços para os pais, irmãos, gestantes e crianças com deficiência. Em resposta à presidente da CAS, Patrícia Saboya (PDT-CE), ele informou que cada creche acolhe 40 crianças. Em tais estabelecimentos, salientou, as agressões são quase inexistentes.

### Professor divulga livro sobre raízes da violência

O professor Antônio Márcio Lisboa autografou na quarta-feira, na Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, seu livro A primeira infância e as raízes da violência. Na publicação, o autor defende a importância da família, dos vínculos afetivos, dos valores, dos limites, da disciplina e da auto-estima na formação da personalidade da criança e na prevenção da violência.

Lisboa analisa também fatores que transformam uma criança em um delinqüente. Para ele, investimento só nas polícias ou na construção de presídios pouco adianta para combater o problema.

O livro, lançado pela LGE Editora, custa R\$ 25.

### Famílias e escolas devem se aproximar, dizem especialistas

Uma maior aproximação entre as escolas e as famílias pode ser um caminho para a redução da violência no ambiente escolar, segundo especialistas ouvidos pela Comissão de Educação (CE). A abertura das escolas aos finais de semana para a comunidade também foi apontada como alternativa no combate à violência.

A secretária-executiva do Observatório Ibero-americano de Violência nas Escolas, Miriam Abramovay, advertiu que no Brasil não se faz uma conexão entre as qualidades do ensino e do ambiente escolar.

– A escola não responde à demanda dos alunos. Escuta-se pouco o jovem, e hoje ela é também um espaço fechado para os

pais, e teria que haver um maior diálogo com as famílias.

A violência nas escolas, observou a psicóloga Sandra Férrer, pode ser um reflexo do que acontece nas famílias. Ela sugeriu a presença de psicólogos e assistentes sociais para se construir um “olhar mais global”.

Proponente do debate, o presidente da CE, Cristovam Buarque (PDT-DF), considerou que a violência escolar está ligada à má qualidade das próprias escolas.

Já o senador Valter Pereira (PMDB-MS) relatou experiência da época em que foi secretário de Educação, quando reduziu a criminalidade ao abrir as quadras de esportes de uma escola nos finais de semana.

## DIREITOS HUMANOS

## Comissão ouve governadora do Pará sobre caso de jovem presa em cela com 20 homens



A menor viveu dias de horror em cela de Abaetetuba. Governadora Ana Júlia (C) atribuiu caso a sucessão de equívocos graves e disse que culpados não ficarão impunes

## Ana Júlia promete punir responsáveis

A governadora do Pará, Ana Júlia Carepa, classificou como “uma barbárie” a prisão de uma adolescente de 15 anos em uma cela com 20 homens, na cidade de Abaetetuba (PA), e explicou que o fato aconteceu devido a “uma sucessão de equívocos graves”. Ao participar de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), a governadora garantiu que os responsáveis pela prisão da menor não ficarão impunes.

Ana Júlia Carepa também salientou que o fato se repete em outros estados brasileiros. Ela disse ter encontrado o estado com muitas carências e dívidas

na área de segurança pública e informou que está buscando formas de alterar essa situação. A governadora anunciou encontro com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva para buscar mais verbas, a fim de atender a 123 localidades no seu estado em que não há presídios diferenciados para homens e mulheres. Ana Júlia acrescentou que novos profissionais concursados da área de segurança pública serão contratados a partir de dezembro, incluindo 91 delegados.

O ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, Paulo Vannuchi, afirmou que os direitos humanos no Brasil

ainda são violados, apesar dos esforços das autoridades. Em sua opinião, a solução para esses problemas requer a atuação conjunta dos governos federal, estaduais e municipais e dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Vanucci informou que os governos federal e paraense estão prestando assistência à adolescente e a sua família.

Já a ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Nilcéa Freire, ressaltou que, em julho deste ano, instalou uma comissão interministerial para avaliar as condições dos presídios femininos no país e que os resultados serão anunciados em janeiro.

## Paim vê falência do sistema e pede rigor

Paulo Paim (PT-RS), presidente da Comissão de Direitos Humanos (CDH), afirmou que o sistema prisional brasileiro está falido. A conclusão do senador foi anunciada em Plenário, após a audiência pública em que foram ouvidos alguns dos responsáveis pelo caso do Pará.

O parlamentar reconheceu que a chamada Lei Maria da Penha, criada para coibir a violência contra a mulher, foi um avanço importante, mas observou que

precisa ser cumprida, sendo os responsáveis pela violência punidos com rigor.

– Como disse o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil [OAB], o caos é nacional. É preciso reflexão e soluções rápidas – afirmou.

Paim também anunciou que a comissão especial para analisar a violência contra a mulher, proposta pela senadora Ideli Salvatti (PT-SC), foi aprovada e será instalada na próxima semana.

Ele acrescentou que a sugestão da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) para criação de outra comissão especial para crianças e adolescentes deverá ser fundida à comissão proposta por Ideli Salvatti.

O senador Romeu Tuma (PTB-SP) advertiu para a necessidade de se formar consciência de direitos humanos nas autoridades, frisando que não bastam leis escritas em papel para garantir avanços.

## Marisa Serrano adverte que sistema prisional está falido

Marisa Serrano (PSDB-MS) afirmou, em discurso, que não adianta modificar ou criar leis como a Maria da Penha – de proteção às mulheres vítimas de violência – se não houver modificações na estrutura penitenciária brasileira.

– O que adianta termos leis se não mudarmos a estrutura policial e a estrutura carcerária deste país? Podemos comemorar leis, mas, se elas não são aplicadas, de que adianta? – indagou.

A existência do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária foi lembrada por Marisa Serrano, que exigiu a realização de um estudo para que as prisões brasileiras sejam adequadas para “seres humanos, e não bestas-feras”. Ela qualificou a política prisional do país de “instituto falido”.

## Patrícia: governos devem ter “vergonha na cara”

Ao reafirmar sua indignação com o caso da jovem que ficou presa com 20 homens no Pará, Patrícia Saboya (PDT-CE) cobrou ações enérgicas do poder público para impedir que casos semelhantes continuem a acontecer no país. O trabalho realizado pela CPI da Exploração Sexual foi citado pela senadora em discurso na sexta-feira. Ela mencionou os horrores relatados pelas vítimas de agressões e destacou a lição de coragem deixada por crianças e adolescentes que romperam com o medo, a vergonha e o preconceito para denunciar seus agressores.

Patrícia lembrou os inúmeros apelos feitos ao presidente Lula “para que ele pessoalmente tomasse providências contra

essa tragédia”, mas disse lamentar que o governo ainda não tenha adotado as medidas necessárias.

– Na CPI, denunciemos a conivência de autoridades religiosas, judiciais e políticas com esse tipo de crime e nada foi feito. É preciso que os governantes tenham vergonha na cara e coloquem recursos no Orçamento para ações de proteção e recuperação de nossas crianças – frisou.

A senadora citou laudos divulgados pela Polícia Federal confirmando os maus-tratos e abusos sexuais sofridos pela jovem no Pará e advertiu para a necessidade de punição de todos os responsáveis, manifestando sua confiança na governadora Ana

## Mais de 12 mil presas

O sistema penitenciário brasileiro abriga 361.402 pessoas presas em regimes fechado, semi-aberto, aberto, provisório e sob medida de segurança, segundo levantamento do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), divulgado no ano passado pelo Ministério da Justiça, baseado em pesquisa de dezembro de 2005. Esse número sobe, no entanto, para 401.236, de acordo com pesquisa realizada em dezembro de 2006 pela coordenadora do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Cândido Mendes (RJ), a socióloga Julita Lengruher.

Do total da população prisional do país, excetuando-se delegacias e distritos policiais – que não foram computados pelo Depen em termos de gênero –, encontram-se 12.925 mulheres. A maioria dessas mulheres – um total de 7.431 – está em regime fechado, assim também como a maior parte dos homens – 141.798.

Os dados do International Center for Prison Studies (Centro Internacional de Estudos Penitenciários), do King’s College, no Reino Unido, nos quais se baseou a pesquisadora, fazem o Brasil ocupar o quarto lugar no ranking dos países com a maior

população prisional do mundo, só perdendo em número de presos para os Estados Unidos, a China e a Rússia. Ainda segundo esses dados, dos 401.236 presos, 85,6% estão no sistema penitenciário e os demais, em delegacias.

Pelo levantamento do Depen, estão presas em regime fechado 149.229 pessoas, enquanto outras 33.856 se encontram em regime semi-aberto e 102.116 em regime provisório. No regime aberto encontram-se 7.873 pessoas e também estão presas por medida de segurança outras 3.845. A pesquisa registrou

ainda 64.483 pessoas presas em delegacias e distritos policiais. O número de vagas do sistema penitenciário, segundo esses dados, é de 206.559 e o número de secretarias de segurança pública é de 64.483.

A iniciativa de criar uma base de dados nacional, como a do Depen, sobre o sistema penitenciário no país, partiu da ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) e presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Ellen Gracie Northfleet. A decisão foi tomada após os ataques da facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC) em São Paulo, há dois anos.

**Não há dados sobre número de mulheres em delegacias nos estados**



Patrícia: “Que esse caso seja uma lição para as autoridades e um exemplo para que o país possa dar um grito de basta”

Júlia Carepa. Patrícia reconheceu as ações rápidas adotadas nesse caso, mas lamentou que inúmeras situações semelhantes existentes no país fiquem no anonimato.

– A televisão deu grande divulgação ao caso da jovem

presa no Pará, mas, e quanto a outras tantas crianças que têm seus sonhos roubados? Que esse caso seja, mais uma vez, uma lição para as autoridades e um exemplo para que o país possa dar um grito de basta a situações como essa – protestou.

DIREITOS HUMANOS

Congresso faz sessão especial e lembra o primeiro ano de vigência da Lei Maria da Penha

# Violência contra mulher gera protestos e indignação

Realizada quarta-feira passada, a sessão especial conjunta do Congresso Nacional pelo Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra a Mulher, celebrado em 25 de novembro, foi marcada por protestos e indignação dos parlamentares pelo crime cometido contra uma adolescente que ficou durante 20 dias presa no Pará em uma cela com 20 homens e foi repetidamente estuprada. Os parlamentares também destacaram que a Lei Maria da Penha (11.340/06) completou um ano (veja o quadro).

Serys Silhessarenko (PT-MT), coordenadora da bancada feminina do Senado, manifestou sua indignação com os abusos perpetrados contra a menina presa e defendeu a criação de uma comissão de senadores para examinar a situação do sistema carcerário feminino no país. Ela observou que, para reduzir a violência contra a mulher, é preciso mudar a mentalidade da população, que começa "dentro de casa".

Serys emocionou-se ao lamentar o assassinato de três professores da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) na madrugada de quarta-feira: a pró-reitora

Soraiha Lima Miranda, diretora do campus da universidade em Rondonópolis, o prefeito do campus, Luís Mauro Pires Russo, e o professor do curso de Zootecnia Alessandro Luís Fraga.

Marisa Serrano (PSDB-MS) afirmou que a semana foi "muito difícil para as mulheres", pela divulgação do crime ocorrido no Pará, e sugeriu que os governantes do estado dêem exemplo, punindo os responsáveis. "O exemplo é o que fica", lembrou Marisa.

Roseana Sarney (PMDB-MA) destacou que a violência contra a mulher é uma noção "inscrita na mentalidade dos indivíduos, impressa na sociedade a partir da tradicional divisão de papéis por gênero que dá valor menor à mulher, determinando a identidade e a posição social dos indivíduos a partir do gênero a que pertencem".

Lúcia Vânia (PSDB-GO) contou ter sido relatora da Lei Maria da Penha no Senado, lamentou o ocorrido com a menina na prisão paraense, e definiu como "graves e abusivas" as declarações do então delegado-geral do Pará, Raimundo Benassuly, em audiência pública na CDH (veja página ao lado).

JANE ARAÚJO



Senadora Serys discursando durante a sessão do Congresso: repúdio ao crime contra menor no Pará

## Lei homenageia vítima carioca

A Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06) tornou mais rigorosa a punição para agressões contra a mulher quando ocorridas no âmbito doméstico e familiar. A lei entrou em vigor no dia 22 de setembro de 2006 e o primeiro

caso de prisão com base nas novas normas - a de um homem que tentou estrangular sua mulher - ocorreu no Rio de Janeiro.

O nome da lei é uma homenagem a Maria da Penha Maia, agredida pelo marido durante seis anos até se tornar paraplégica, depois de sofrer atentado com arma de fogo, em 1983. O marido ainda tentou matá-la por meio de afogamento e eletrocução e só foi punido após 19 anos, ficando apenas dois anos efetivamente preso.

A lei altera o Código Penal e possibilita que tais agressores sejam presos em flagrante ou tenham prisão preventiva decretada. Com essa medida, os agressores não podem mais ser punidos com penas alternativas, como o pagamento de cestas

básicas, por exemplo, como era usual. A lei também aumenta o tempo máximo de detenção de um para três anos, estabelecendo ainda medidas como a saída do agressor do domicílio e a proibição de sua proximidade com a mulher agredida e os filhos.

A violência de gênero contra a mulher é entendida como problema de saúde pública pela Organização Mundial da Saúde (OMS), cujos estudos apontam índices entre 20% e 75% desse tipo de agressão em diferentes sociedades. O Brasil foi o 18º país da América Latina a adotar uma legislação para punir agressores de mulheres. A Lei Maria da Penha cumpre determinações estabelecidas por uma convenção específica da Organização dos Estados Americanos (OEA), intitulada "Convenção para Punir, Prevenir e Erradicar a Violência contra a Mulher", realizada em Belém, no Pará, e ratificada pelo Brasil.



Maria da Penha quase morreu nas mãos do ex-marido, que ficou apenas dois anos efetivamente preso

DOMINGOS TADEU/PR



## 16 Dias de Ativismo

Realizada entre 25 de novembro e 10 de dezembro, a Campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres compreende quatro datas significativas. No Brasil, a campanha começa em 20 de novembro, para destacar a dupla discriminação sofrida pelas mulheres negras.

### 20/11 - Dia Nacional da Consciência Negra

Instituído em 1978, o Dia Nacional da Consciência Negra marca a inserção do negro na sociedade brasileira. A data lembra o dia em que, em 1695, foi assassinado Zumbi dos Palmares, ícone da resistência negra ao escravismo.

### 25/11 - Dia Internacional da Não-Violência contra as Mulheres

Dia em que, em 1960, as ir-

mãs Mirabal (Minerva, Pátria e Maria Tereza, "Las Mari-posas") foram assassinadas devido à atuação contra a ditadura de Rafael Leónidas Trujillo, na República Dominicana.

### 1º/12 - Dia Mundial de Combate à Aids

Dia em que o mundo se mobiliza para promover ações de combate à Aids. No Brasil, uma campanha anual estimula a prevenção à doença.

Estatísticas indicam crescimento preocupante de casos de mulheres contaminadas.

### 6/12 - Massacre de Mulheres de Montreal

Em 1989, 14 estudantes da Escola Politécnica de Montreal (Canadá) foram assassinadas. O massacre tornou-se símbolo da injustiça contra as mulheres e inspirou a criação da Campanha do Laço Branco. No Brasil, tornou-se neste ano o Dia Nacional de

Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres.

### 10/12 - Dia Internacional dos Direitos Humanos

Em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos foi adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU), como resposta à violência da Segunda Guerra Mundial. A data lembra que a violência contra as mulheres é uma violação aos direitos humanos.

## Kátia Abreu pede prisão para os agressores no Pará

A violência contra a menina paraense de 15 anos presa na cidade de Abaetetuba recebeu o repúdio da senadora Kátia Abreu (DEM-TO).

Kátia chamou a atenção para a responsabilidade do Senado no acompanhamento do caso e apelou às autoridades do Pará no sentido de que os responsáveis sejam denunciados por crime hediondo.

A senadora também considerou essencial que o governo do estado pague uma indenização à jovem.

– Os danos causados a esta moça podem ser irreversíveis, mas o estado do Pará deve indenizá-la, para que ela possa tentar reconstruir sua vida, voltar aos estudos e tentar minimizar os efeitos desse crime hediondo.

## Fátima exige condições dignas para presas

Em pronunciamento na quarta-feira, Fátima Cleide (PT-RO) afirmou que os estados precisam se adaptar à Lei Maria da Penha, com a criação de varas específicas de atendimento à mulher vítima de violência. A senadora condenou a prisão da jovem de 15 anos em uma cela com 20 homens, em Abaetetuba, e disse que os governadores precisam atuar em parceria com o governo federal a fim de aperfeiçoar o sistema prisional e levar condições dignas de sobrevivência às presidiárias, em um ambiente de privação da liberdade.

– Uma das violações são os inadequados prédios para as presidiárias, a grande maioria, como em meu estado, locais readaptados. Não há presídio

GERALDO MAGELA



Fátima Cleide defende parceria dos estados com o governo federal

feminino em Rondônia. Na capital, Porto Velho, existe apenas um espaço vinculado à antiga central de polícia, uma espécie

de calabouço, construção improvisada que já motivou diversas manifestações de insatisfação por parte das detentas – relatou.

Fátima Cleide saudou a passagem do Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra a Mulher, celebrado em 25 de novembro. A data faz parte da campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres, que, na avaliação da senadora, tem contribuído para o aperfeiçoamento das políticas públicas, no sentido de dotá-las de mecanismos que possam contribuir para o fim das agressões sofridas pelas mulheres.

## Mário Couto crê em envolvimento de "autoridade"

Mário Couto (PSDB-PA) levantou a suspeita de que a menina presa no Pará teria sido torturada por "alguma autoridade". O parlamentar disse acreditar que "seria impossível" que o delegado ou os policiais deixassem com os presos o facão (terçado) usado para cortar o cabelo da menor.

– Os presos não fizeram aquilo sozinhos, e isso tem de ser investigado – protestou o senador, que criticou os "erros cometidos" pela governadora Ana Júlia Carepa.

Para Mário Couto, quando a governadora diz saber que, em outros governos, fato semelhante aconteceu, "está confessando o próprio crime". Já o presidente Lula teria sido aconselhado a não dizer o mesmo, sob pena de incorrer em crime de responsabilidade.

## COMISSÕES



Ambientalistas e os senadores Inácio Arruda e Delcídio Amaral, durante debate: ênfase em soluções

## ONG sugere a adoção de metas ambientais

Só a adoção de objetivos “mensuráveis” e voluntários tornará possível verificar se o Brasil está adotando as medidas corretas de combate ao aquecimento global. A recomendação foi feita pelo coordenador do grupo de trabalho sobre o clima do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Fboms), Rubens Born, durante reunião da Comissão Mista Especial de Mudanças Climáticas destinada ao lançamento de duas publicações do fórum.

As duas publicações – Mudanças climáticas e o Brasil e Governança ambiental internacional, ambas disponíveis para download nos endereços eletrônicos [www.vitaecivilis.org.br](http://www.vitaecivilis.org.br) e [www.fboms.org.br](http://www.fboms.org.br) – destinam-se, segundo os representantes do fórum, a ampliar o debate a respeito da questão da mudança climática. Os textos contêm contribuições para políticas setoriais em áreas como florestas, biodiversidade, energia e eficiência energética.

– Se temos metas para a inflação, o superávit primário e a redução da pobreza, poderí-

amos também fazer um debate nacional sobre o estabelecimento de metas mensuráveis sobre temas relativos à questão climática, como a eficiência no uso de energia – sugeriu Born, também coordenador da ONG Vitae Civilis, em resposta a uma pergunta do senador Delcídio Amaral (PT-MS).

Delcídio ressaltou o exemplo de países como Alemanha e Espanha, que já dispõem de grandes parques geradores de energia a partir dos ventos, e quis saber a opinião dos representantes de entidades ambientalistas sobre a construção da usina nuclear de Angra 3 e das usinas hidrelétricas no rio Madeira.

O integrante do grupo de trabalho sobre energia do fórum Ivan Marcelo Neves disse que o Brasil, antes de construir novas usinas, deveria promover um esforço de eficiência energética e de reforma das atuais hidrelétricas. Já a gerente-executiva Esther Neuhaus observou que a distribuição da publicação Governança ambiental interna-

cional destina-se principalmente a ampliar o debate no Brasil e na América Latina a respeito das atuais discussões globais sobre o tema.

Ela recordou que as discussões ambientais ainda hoje estão muito restritas aos países desenvolvidos e observou que, neste momento mesmo, encontra-se em andamento um debate a respeito da reforma dos organismos da Organização

das Nações Unidas (ONU) ligadas ao meio ambiente.

Membro do Parlamento do Mercosul, o senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) pediu que seja feita uma

versão em espanhol da nova publicação, a fim de que o debate se estenda aos países vizinhos, e lembrou que a integração energética da América do Sul tem sido um dos primeiros temas tratados pelo recém-instalado parlamento.

O deputado Rocha Loures (PMDB-PR), relator-substituto, anunciou que os trabalhos da comissão mista deverão se estender por mais um ano.

### Especialistas destacam a necessidade de eficiência energética

## Dependência externa de fertilizantes preocupa

O crescente aumento da importação de adubos, fertilizantes e corretivos agrícolas é um forte ingrediente para o desequilíbrio da agricultura brasileira. Essa foi a maior preocupação externada por representantes de entidades ligadas ao setor agrícola durante audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

Os representantes de entidades ligadas ao setor de fertilizantes, a exemplo do diretor de Agronegócio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Benedito Ferreira, pediram também isonomia tributária. É que, como explicaram, enquanto os produtos importados têm alíquota zero, os produtos nacionais pagam 10% de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Essa situação, observou o diretor da Fiesp, vem provocando a paralisação da indústria

brasileira.

A dependência cada vez maior da agricultura brasileira em relação ao mercado externo de fertilizantes também preocupa o senador Osmar Dias (PDT-PR). Para ele, o fato torna-se inquietador quando os três países que mais consomem fertilizantes – Estados Unidos, China e Índia – aumentaram suas demandas nos últimos quatro anos. Com isso, segundo observou o senador, os preços dos fertilizantes sofreram majoração, prejudicando a agricultura brasileira.

A senadora Kátia Abreu (DEM-TO) defendeu um firme combate contra o que classificou de cartel que opera no setor e controla toda a venda de fertilizantes no país. A parlamentar também se posicionou contrária à taxação sobre a importação de fertilizantes e pediu a extinção do Fundo da Marinha Mercante, que onera o importador.

## Americanos vêm ao país aprender sobre o etanol

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) e a Subcomissão Permanente de Biocombustíveis, subordinada à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), receberam deputados e senadores do Congresso norte-americano, que vieram conhecer de perto a experiência brasileira em biocombustíveis, especialmente a produção de biodiesel e etanol.

O presidente da Subcomissão para o Hemisfério Ocidental da Comissão de Relações Internacionais da Câmara dos Estados Unidos, deputado democrata Eliot L. Engel, lembrou o acordo na área de energia firmado recentemente entre os dois países e desejou que seja bem-sucedido.

– O Brasil tem feito grandes esforços para se tornar independente energeticamente e os Estados Unidos estão bem atrás

nesse sentido. Nós estamos ansiosos para saber como se chegou à decisão política para obter a independência energética, quais são os problemas e as necessidades futuras do Brasil em termos energéticos – assinalou Engel, cuja delegação passou pelo Rio de Janeiro, Brasília, Salvador, Manaus e Foz de Iguaçu.

O presidente da CRA, senador Neuto de Conto (PMDB-SC), esclareceu aos americanos que o Brasil triplicou a produção de etanol recentemente sem provocar desmatamento e sem diminuir a produção de carne bovina, suína e de frango, das quais está entre os maiores produtores do mundo.

– Ampliando de 10% a 15% a produção [de etanol] temos condições de abastecer 10% do consumo de energia do mundo – disse Neuto de Conto.

## Ortopedia cobra mais recursos e apoio do SUS

Em audiência pública na Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, profissionais da área de saúde pediram melhor remuneração para os médicos e mais recursos para os hospitais. Iniciativa do presidente da subcomissão, senador Papaléo Paes (PSDB-AP), o debate avaliou as políticas públicas relacionadas à saúde musculoesquelética e a situação do Sistema Único de Saúde (SUS) no tratamento osteomuscular oferecido à população.

Papaléo ressaltou que seu objetivo foi ajudar os parlamentares a “formarem opinião embasada em depoimentos técnicos”. De acordo com informações da Organização Mundial da Saú-

de (OMS), 25% da população mundial sente algum tipo de dor musculoesquelética. O Brasil tem 7 mil hospitais e, dentre esses, 4.600 contam com serviços de ortopedia, que são responsáveis por 16 milhões de atendimentos por ano.

O presidente da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia, Marcos Esner Musafir, destacou que o objetivo dos ortopedistas é garantir a saúde e a segurança da população, mas que é preciso assegurar aos médicos uma boa remuneração, para que não deixem a profissão. Ele informou ainda que ortopedistas chegam a trabalhar 12 horas por dia e que, ao final do expediente, ainda precisam estudar.



Papaléo (C), entre os debatedores convidados: crise do SUS foi um dos temas recorrentes

O presidente da Associação Médica Brasileira (AMB), José Luiz Gomes do Amaral, afirmou que “era previsível” a crise do SUS no Nordeste, com greve de médicos em vários estados. De acordo com Amaral, é preciso haver um plano de carreira a fim de que seja possível mantê-los trabalhando nas regiões Norte e Nordeste e nas cidades do interior.

Sérgio Alcântara Madeira, diretor da Associação Brasileira de Importadores e Distribuidores de Implantes (Abraidi), que representa 200 empresas que atendem 5.200 mil instituições hospitalares, revelou aos senadores que as diárias pagas pelo governo não cobrem gastos de hotelaria (refeições, por exemplo) e de enfermagem, nem são suficientes para pagar implantes e próteses

de qualidade.

Também participaram do debate a assessora da gerência de Tecnologia da Organização dos Serviços de Saúde da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Maria Ângela de Avelar Nogueira; e o coordenador-geral de Alta Complexidade da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde (SAS), José Edilberto Ramalho Leite.

## COMISSÕES

## Audiência discute taxa por ponto extra de TV a cabo

Em debate na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), o superintendente de Serviços de Comunicação de Massa da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Ara Apkarian Minassian, se posicionou contra o projeto de lei do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que proíbe a cobrança de taxa por pontos extras de decodificação de TV a cabo.

O Brasil conta hoje com cerca de 5 milhões de assinantes de TVs pagas, sendo 400 mil na modalidade de microondas, 1,8 milhão por satélite e 2,8 milhões de TV a cabo.

Segundo Minassian, não há cobrança, por exemplo, de pontos escravos, ou seja, aqueles que permitem mais de um aparelho de TV assistindo ao mesmo canal, mas um segundo ponto com programação independente gera custos de instalação, ativação e manutenção da rede, o que justificaria a cobrança da taxa.

Também o presidente-executivo da Associação Brasileira de TV por Assinatura (ABTA), Alexandre Annenberg, criticou o PLS 346/05.

Ele afirmou que a cobrança pelo ponto extra existe no mundo inteiro. O serviço de TV a cabo cobra o conteúdo e também a operação da rede, explicou. De acordo com o especialista, é difícil explicar a situação para o público leigo, por se tratar de uma questão técnica.

No outro lado, a conselheira consultiva da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e representante da Associação

**Empresas e Anatel defendem a cobrança. Procon e Justiça acham abusiva**

Brasileira de Defesa do Consumidor (Pro Teste), Flávia Lefèvre Guimarães, declarou que não há justificativa para cobrança de taxa mensal por ponto extra.

Para ela, a proposta de Simon poderia reduzir o enorme número de conflitos e ações judiciais questionando a cobrança.

– O projeto é uma iniciativa de extrema importância e relevância – disse Flávia Guimarães.

Segundo o promotor de Justiça de Defesa do Consumidor de Minas Gerais, José Antônio Baeta de Melo Cançado, a questão da cobrança mensal pelos pontos adicionais é vista como abusiva por “todos os órgãos de defesa do consumidor”.



Debatedores na CCT, sob a coordenação do senador Wellington Salgado (segundo à direita): sem consenso, novas audiências virão

## Justiça se diz impotente contra demissões sindicais

A demissão considerada arbitrária de dirigentes sindicais foi tema de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Os participantes denunciaram casos de demissão de dirigentes que consideram como “perseguição e ataques à liberdade de organização sindical”, e reivindicaram a regulamentação do artigo 8º da Constituição, que determina a estabilidade no emprego para esses dirigentes.

A coordenadora de Registro Sindical da Secretaria de Relações do Trabalho, Zilmara David de Alencar, afirmou que a Justiça está de mãos atadas, por falta de regulamentação da Constituição, para combater o que chamou de “condutas anti-sindicais”. Segundo ela, o governo encaminhou proposta ao Fórum Nacional para tipificar essas condutas anti-sindicais, mas os representantes das empresas vetaram.

A subprocuradora-geral do

Trabalho e coordenadora da Câmara de Coordenação e Revisão, Maria Aparecida Gurgel, disse que, além da demissão de oito integrantes da diretoria da Associação dos Docentes da Universidade Católica de Brasília (UCB), não há registro de nenhuma denúncia de demissões arbitrárias em outras instituições privadas de ensino superior. Ela ressaltou que o MP tem sido intransigente na defesa do direito de estabilidade empregatícia dos dirigentes sindicais.

Também participaram o presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes), Paulo Marcos Borges Rizzo; o presidente da Associação dos Docentes da UCB, Adriano Sandri; o presidente do Sindicato Nacional dos Metroviários, Wagner Pereira; e o presidente da Comissão Nacional de Direitos Sociais da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Roberto de Figueiredo Caldas.



Bittencourt, da Fazenda, e Mercadante, na audiência pública: três projetos em discussão

# A visão do Executivo sobre cooperativas

Devem chegar ainda na próxima semana à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) sugestões do governo para mudanças na organização do sistema cooperativo brasileiro. O assessor do Ministério da Fazenda Gilson Alceu Bittencourt, do Grupo Interministerial sobre Cooperativismo, assegurou que a intenção é apresentar os estudos diretamente à comissão, onde tramitam projetos sobre o tema, no lugar de envio sob a forma de outras propostas de lei do Executivo ao Congresso, o que retardaria a decisão sobre uma nova legislação para o setor.

O presidente da CAE, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), disse que os três projetos sobre cooperativas devem ser votados antes do recesso parlamentar. As propostas, que tramitam em conjunto (veja mais detalhes abaixo), são o PLS 3/07, do se-

nador Osmar Dias (PDT-PR); o PLS 153/07, de Eduardo Suplicy (PT-SP); e o PLC 82/06, do deputado Inocêncio Oliveira.

A audiência pública foi convocada para instruir o exame de dois projetos de lei do Senado e um da Câmara que tratam do sistema cooperativo do país. O requerimento para realização do debate foi do senador Renato Casagrande (PSB-ES), relator das três propostas.

Bittencourt revelou que os estudos do governo federal prevêem uma lei geral (ordinária) para tratar dos aspectos societários, com garantia de autonomia para a organização sindical das cooperativas – que poderão se associar à Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) ou à União Nacional de

Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes).

O governo sugere ainda duas outras leis para tratar dos aspectos tributários: uma lei complementar sintética para definir

o ato cooperativo e a incidência ou isenções de tributos nas operações efetuadas pelas cooperativas; e uma lei ordinária que regulará a base de inci-

dência de cada tributo federal para os principais ramos do cooperativismo.

Também participaram do debate o supervisor técnico da OCB, Ramon Gamoda Belisário; e o presidente da União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes), José Paulo Crisóstomo Ferreira.

**Governo prefere propor mudanças na CAE a apresentar novo projeto de lei**

## Três projetos diferentes para o mesmo tema

As cooperativas no Brasil destacam-se nas áreas de produção, crédito, consumo, trabalho, habitação, eletrificação rural, irrigação, escolar, pesca e serviços, entre outras. São mais de 7 mil cooperativas registradas, congregando 5,7 milhões de cooperados, que geram 182 mil empregos. Somente no ramo da saúde, as cooperativas médicas somam 11 mil usuários, atendidos por mais de 100 mil médicos.

Daí a importância da decisão que será tomada pela CAE sobre as novas regras para organização e funcionamento de tais entidades. Apesar de tratarem do mesmo tema, os três projetos em discussão na CAE trazem algumas diferenças importantes. Confira a seguir os principais

pontos de cada um deles.

### PLS 153/07, DO SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP)

A liberdade de organização e filiação e a realização das operações prioritariamente com os associados são uma das regras defendidas pelo senador. Valoriza o livre acesso e a adesão voluntária, organização democrática, sem nenhuma discriminação.

### PLS 3/07, DO SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR)

Prevê a possibilidade de a cooperativa abrir seu capital, tal como fazem as empresas capitalistas, mediante emissão, autorizada por assembleia geral, de certificados de aporte de capital. No texto original,

defendia apenas uma organização nacional de cooperativas e as representações do setor em cada estado. Porém, na audiência pública da semana passada, o autor anunciou adesão ao modelo de representação aberto, com mais de uma entidade nacional, como estabelece a proposição de Suplicy.

### PLC 82/06, DO DEPUTADO INOCÊNCIO OLIVEIRA

Além dos atos cooperativos, define atos complementares, quando vinculados às atividades dos sócios e sob a responsabilidade profissional destes, em cumprimento ao objeto social e à finalidade da sociedade. Esclarece que os negócios de mercado realizados por conta dos sócios não implicam prestação de serviços a terceiros para a cooperativa, nem receita, faturamento ou qualquer vantagem patrimonial.

## PLENÁRIO

# Adelmir alerta: faltam regras para cartões

O senador Adelmir Santana (DEM-DF) voltou a defender na sexta-feira a imediata criação de mecanismos legais destinados a regular as operações financeiras com cartão de crédito, com o objetivo de reduzir custos e incentivar a competição. Para ele, a ausência de regras claras prejudica consumidores e comerciantes.

Adelmir Santana estranhou o fato de a legislação não atribuir a nenhum órgão a responsabilidade pela regulamentação do segmento de cartões de crédito, nem mesmo o próprio Banco Central, responsável pelo controle do mercado financeiro. Com isso, observou, a população mais pobre, que pouco usa o cartão de crédito, também paga os chamados custos operacionais de compra pelo cartão, uma vez que, observou, são repassados para as mercadorias.

Para regular o setor, Adelmir Santana – que preside a Federa-

ção do Comércio do Distrito Federal (Fecomércio) – apresentou quatro projetos de lei, a exemplo do PLS 213/07, já aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos, que permite a fixação de preço diferenciado na venda de bens ou na prestação de serviços pagos com cartão de crédito em relação ao preço à vista (leia mais na página 4).

As outras três proposições são a que dá competência ao Banco Central para regular e fiscalizar o setor; a que estipula o fim da exclusividade entre firmas adquirentes e as "bandeiras" de cartão de crédito;



Adelmir acha absurdo que o setor dos cartões não tenha regulação específica

to; e a que incrementa a operação dos terminais de venda, as "maquininhas" de cartão.

## Arthur Virgílio diz que PT se mostra "cínico" sobre a CPMF

Ao criticar a proposta de prorrogação da Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF), o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) apontou o que qualificou de "a face cínica" do PT que, ao mesmo tempo em que faz "chantagem" para manter a contribuição, barrou o pacote para sanear as contas do estado da governadora do Rio Grande do Sul, Yeda Crusius. Ele lembra que a governadora herdou um "estado inviável, em que os gastos correntes superam em 10% o orçamento".

Arthur Virgílio classificou como "estúpida e perversa" a atitude do PT gaúcho e apontou como contraditória a posição do partido, que defende a CPMF "num momento de arrecadação recorde do governo federal e de farras dos gastos públicos" e é contra as tentativas da governadora para superar a crise do estado.

## Jucá elogia o trabalho dos evangélicos com carentes

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) saudou a passagem do Dia do Evangélico, comemorado na sexta-feira, e elogiou o trabalho dos pastores e de toda a comunidade evangélica brasileira. Ele destacou ainda o esforço desse grupo religioso em Roraima, no apoio às populações carentes do estado.

Jucá pediu mais atenção do poder público às ações promovidas pelos evangélicos e sugeriu ao governo que estabeleça "uma grande parceria" com as igrejas, como forma de ampliar o apoio aos brasileiros mais necessitados.

– As igrejas evangélicas prestam um grande serviço ao país, não apenas no aspecto da fé, mas no apoio à população das regiões mais distantes.

## Mesquita Júnior classifica de erro licitação na Floresta Jamari

O senador Mesquita Júnior (PMDB-AC) classificou de "um grande erro" a decisão do Ministério do Meio Ambiente (MME) de publicar o primeiro edital de licitação de florestas públicas da Amazônia. Foram colocados à venda cerca de 100 mil hectares da Floresta Nacional de Jamari, "um poder florestal incalculável que jamais poderia ser privatizado".

– Hoje, este governo diz que os editais atenderão a critérios de gestão ambiental e manejo florestal rigorosos. Mas e amanhã? Vivemos numa democracia e podemos vir a ter outro governo, tão legítimo quanto este, que tenha outra concepção ambiental e adote outra prática da mesma lei. É uma armadilha aberta – alertou o senador, para quem as concessões são "um dos maiores riscos a que o poder público já submeteu a Amazônia".

## Lupi não deve deixar cargo no PDT, afirma Dornelles

Francisco Dornelles (PP-RJ) criticou recomendação feita pela Comissão de Ética Pública da Presidência da República para que o ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, deixe o cargo de presidente do PDT, sob o argumento de que ele não pode acumular as duas funções. A comissão deu prazo de dez dias para que Lupi tome as providências cabíveis e dirima o conflito de interesses. Na avaliação do senador, não há dispositivo legal que impeça o exercício simultâneo dessas duas atividades.

Como exemplo do que defendeu, Dornelles lembrou que ele mesmo, quando presidiu o PP, ocupava o cargo de ministro do Trabalho e Emprego na segunda administração de Fernando Henrique Cardoso. E lembrou ainda que houve outros casos de exercício simultâneo de funções, como o de Sérgio Motta (ministro das Comunicações e secretário-geral do PSDB), Jorge Bornhausen, Ricardo Fiúza e o atual senador Marco Maciel (DEM-PE), que foram ministros enquanto presidiam o PFL.

– Eu não compreendo como é que um órgão do governo, sem qualquer representatividade, quer influenciar na vida política dos partidos, exigindo que o ministro deixe a presidência de um importante partido, por estar ocupando o Ministério do

Trabalho (e Emprego) – disse Francisco Dornelles.

### Senador faz apelo ao líder do governo

No mesmo discurso, Dornelles fez um apelo ao líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), para que não seja esquecida a proposta da redução das alíquotas que, segundo afirmou, está entre os compromissos assumidos pelo governo nos acordos relativos à proposta de emenda à Constituição que prorroga a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

– No dia em que esse assunto vier a Plenário, que o governo reitere de forma clara e transparente os compromissos que assumiu com o Congresso Nacional e com o Senado – observou.

O senador também comunicou a morte do embaixador Mário Gibson Barbosa, ocorrida na quinta-feira. Entre os atos importantes do diplomata brasileiro, citou a negociação com Argentina e Paraguai que permitiu a construção da usina de Itaipu.

Finalmente Dornelles homenageou ainda o pastor Marcos Pereira por seu aniversário, destacando que o religioso desentolve importante trabalho social no Rio de Janeiro, especialmente na recuperação de usuários de drogas.

## HOMENAGEM

### Senado exalta memória de Theóphilo Ottoni

O Senado prestou na quinta-feira homenagem ao ex-senador Theóphilo Benedicto Ottoni (1807-1869), no bicentenário do seu nascimento. A sugestão da homenagem foi do presidente interino do Senado, Tião Viana (PT-AC), e do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG). Discursaram durante a sessão o ministro das Comunicações, Hélio Costa, e os deputados federais Fábio Ramalho (PV-MG) e Ademir Camilo (PDT-MG), além de Tião Viana e Eduardo Azeredo.

O mineiro Theóphilo Ottoni foi deputado e senador do Brasil durante o Império. Liderou a Revolução Liberal mineira de 1842, mas saiu derrotado na Batalha de Santa Luzia e foi preso na cidade de Ouro Preto. Foi anistiado em 1844 pelo imperador e se reelegera deputado.

Em 1847, Theóphilo liderou uma expedição a fim de colonizar toda a região do Mucuri. Inaugurou a cidade da Filadélfia, em 1853, como centro das colônias do Mucuri. Posteriormente, a cidade passou a se chamar Teófilo Ottoni, em homenagem ao seu fundador.

Morreu no Rio de Janeiro no ano de 1869, em decorrência de intoxicação miasmática.

Compuseram a Mesa durante a sessão o sobrinho-bisneto e o sobrinho-trineto de Theóphilo Ottoni, Benedicto e Tadeu Ottoni; o deputado federal Saraiva Felipe (PMDB-MG) e o ex-ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos e autor do livro Theóphilo Ottoni, a República e a Utopia do Mucuri, Nilmário Miranda.

Tião Viana afirmou que a instituição se orgulha por abrigar, ao longo de quase dois séculos de existência, personalidades do porte do liberal que desafiou com armas e idéias os resquícios do absolutismo monárquico que sobreviviam no contexto de constituição do Brasil independente.

Para Eduardo Azeredo, Theóphilo Ottoni foi "uma das figuras mais notáveis e emblemáticas da política mineira no século 19".



Hélio Costa (E) participa de sessão de homenagem presidida por Eduardo Azeredo (4º à esquerda)

## Voz do Leitor

## CPMF

"A CPMF é um imposto justo, desde que seja realmente destinado à saúde, coisa que não está acontecendo. Por isso, acho que, se a contribuição for aprovada, o governo deve se comprometer a repartir a verba conforme seu projeto. Se o governo não se comprometer, acho justo que o projeto não seja aprovado em Plenário."

**Juber Marques Pacífico, de Catagases (MG)**

## CRIANÇAS

"Parabenizo a senadora Patrícia Saboya pelo trabalho realizado no Senado Federal na luta em defesa das crianças e adolescentes do nosso Brasil."

**Sebastião Pereira de Oliveira, de Iaciara (GO)**

## BOLSA FAMÍLIA

"A oposição se contradiz quando informa que o programa do governo chamado Bolsa Família é uma esmola. O programa está melhorando o nível de escolaridade das crianças no país e, com isso, melhorando a vida de muitos brasileiros."

**Rildo Alves de Oliveira, de Desterro (PB)**

## CORRUPÇÃO

"Desejo parabenizar o senador Mão Santa pelo seu corajoso depoimento na edição nº 2.461/138, dessa publicação, com o título: 'Nunca se roubou tanto no Brasil'. Realmente, para a perplexidade dos 50% dos brasileiros que não mais nutrem esperança no atual governo, fica impossível aceitar o desmonte da infra-estrutura que se observa, não só das mais visíveis, como a do transporte aéreo, da saúde pública – que está se constituindo em genocídio nacional –, mas também da

infra-estrutura dos transportes rodoviário, ferroviário, dos portos etc."

**Ernani Baltazar Santos Barbosa, de Niterói (RJ)**

## DIREITOS

"Parabenizo o senador Paulo Paim por sua atuação belíssima no Congresso Nacional contra a discriminação racial e outros bons projetos de sua autoria."

**Eddi Brito de Andrade, de Feira de Santana (BA)**

## MUDANÇA DE FOCO

"Já é momento de os senadores largarem de investigar uns aos outros. O Brasil está carente, precisando de uma educação de qualidade, uma saúde de boa qualidade, estradas em perfeitas condições de tráfego. Então, isso é o que vocês devem investigar, para que todos esses problemas sejam resolvidos. As senhoras e os senhores senadores só se preocupam com a imagem do Senado Federal. Eu pergunto: e o povo pobre brasileiro? Os senhores senadores estão verdadeiramente se preocupando com ele?"

**Gildásio Brito dos Santos, de Barra do Corda (MA)**

## DESARMAMENTO

"Protesto contra o Estatuto do Desarmamento. Como cidadão, tenho direito a ter a minha arma nas condições anteriores ao estatuto que está em vigor."

**Cláudio dos Santos Silva, de Rio Claro (SP)**

## OPOSIÇÃO

"Solicito que os partidos PSDB e Democratas não desanimem nos trabalhos do Senado Federal pelas críticas ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva."

**Miguel Naracci, de São Joaquim de Bicas (MG)**

*Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).*

## Pergunte ao Senador

**Oberdan Meijon da Silva, de Congonhas (MG)**

"Como seria essa campanha contra a corrupção, referida pelo senador Pedro Simon na edição de 25/5 a 3/6, e se essa campanha sairá do papel?"

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) responde:

Tenho insistido em discursos e entrevistas que a sociedade, através de movimentos, como os dos sindicatos e dos estudantes, além de outras entidades civis representativas, deve assumir uma campanha contra a corrupção e pela ética na política. Essa iniciativa, prezado Oberdan, não virá das instituições, como o Congresso, o Judiciário ou o Executivo. Convido o sr. a visitar meu site na internet, [www.senado.gov.br/pedrosimon](http://www.senado.gov.br/pedrosimon), onde poderá ler uma entrevista sobre o assunto que concedi ao Jornal do Brasil. Um abraço e obrigado pela oportunidade de, mais uma vez, poder manifestar minha opinião sobre esse tema.



## Agora é lei

## Fundo de ciência e tecnologia tem novas regras

O Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), considerado um dos principais instrumentos do governo na área de pesquisa, sofreu mudanças em sua gestão e no sistema de operação. A Lei 11.577/07, sancionada pelo presidente Lula no dia 11 de novembro, criou um conselho diretor formado por representantes do Estado e da sociedade para administrá-lo, e fixou normas para dinamizar as operações, permitindo empréstimos a empresas por meio da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e o financiamento de ações transversais, que não estavam regulamentados.

Com as novas regras, o governo quer estimular um ambiente favorável à inovação nas empresas; fortalecer as atividades de pesquisa e inovação em áreas estratégicas para o país e promover a popularização e difusão de tecnologias para a melhoria das condições de vida da população. A transversalidade viabiliza, por exemplo, o apoio a pesquisas e formação de profissionais em ciências básicas, como física, química e matemática.

O conselho diretor será vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia e contará com representantes de seis ministérios, os presidentes da Finep, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), além de três representantes da comunidade científica e tecnológica, três do setor empresarial e um dos trabalhadores.

Caberá ao FNDCT definir políticas, diretrizes e normas para a utilização dos recursos do fundo. Pela lei, o fundo terá como fontes de receita dinheiro do Orçamento, parcelas de royalties de petróleo e gás natural e um percentual da receita de empresas de energia elétrica e de informática, entre outras.

Os recursos serão usados no apoio a pesquisas científicas, a programas de transferência de tecnologia, a projetos de capacitação de recursos humanos, no intercâmbio científico e na manutenção e recuperação da infra-estrutura de pesquisas de ciência e tecnologia.

O FNDCT foi criado em 1969, para financiar a inovação e o desenvolvimento científico e tecnológico, e teve papel fundamental na montagem da infra-estrutura de pesquisa do país. A partir de 2000, com a criação dos fundos setoriais, sua importância aumentou.

## Frases

"É o regimento. Viva o regimento!"

Tião Viana, explicando aos jornalistas por que a sessão plenária de sexta-feira foi contabilizada como o quarto dia de discussão, em primeiro turno, da proposta que prorroga a CPMF.

"Trata-se da abertura de um grave precedente que pode ir de encontro à integridade do próprio Senado"

Arthur Virgílio, questionando a abertura da ordem do dia na sexta-feira sem, na sua opinião, o número mínimo de senadores em Plenário.

"Só foi possível permitir que milhões de brasileiros saíssem da condição de extrema miséria para acessar emprego com carteira assinada graças à aplicação correta e adequada da CPMF"

Ideli Salvatti, que citou o ingresso do Brasil pela primeira vez no grupo de países de alto IDH como argumento para prorrogar a contribuição.

"Não devo nada para o governo e o governo também não me pediu nada. Acho que vai ser na tangente a decisão do Senado. Mas quero ver a capacidade de gerenciar do ministro da Fazenda sem uma montanha de dinheiro"

Romeu Tuma, ao reafirmar que votará contra a CPMF.

"Espero não ter que voltar a este Plenário para dizer que fui estúpido"

Cristovam Buarque, sobre o acordo do PDT com o governo para prorrogar a CPMF em troca de mais recursos para a educação.

"Estamos fazendo uma barganha cívica, e não uma barganha espúria. Se tiver sucesso no acordo, vou arcar com a impopularidade"

Jefferson Péres, idem.

"Ninguém mais quer que um tremor abale o Senado"

Renato Casagrande, sobre o clima de absolvição do presidente licenciado, Renan Calheiros, que deverá ser julgado nesta semana em Plenário.

## Foto da Semana

Em cerimônia no Salão Negro, o senador Eduardo Suplicy (D) lançou o livro *Um notável aprendizado: a busca da verdade e da justiça do boxe ao Senado*, uma seleção de artigos nos quais lembra sua atuação como pugilista na juventude e analisa a vida política, econômica e social do Brasil. O evento foi prestigiado, entre outros, pelo ministro Roberto Mangabeira Unger (E) e pela senadora Patrícia Saboya



LEOPOLDO SILVA

# Venezuela é dúvida no Mercosul

Adesão da Venezuela ao Mercosul é o tema do programa Conexão Senado que a Rádio Senado leva ao ar nesta segunda, às 12h. Para o Mercosul, o que representa a adesão plena da Venezuela? Quais os aspectos favoráveis e desfavoráveis dessa decisão? As posições políticas do presidente venezuelano podem prejudicar a entrada do país no bloco?

**Lula (entre Michele Bachelet e Hugo Chávez) e líderes sul-americanos: ingresso da Venezuela no bloco é polêmico**

A proposta que ratifica o protocolo assinado em julho de 2006, em Caracas, pelos integrantes do bloco – Brasil, Argentina, Uruguai

e Paraguai – foi aprovada na Comissão de Justiça da Câmara por 44 votos a 17. Se aprovada no Plenário daquela Casa, a proposta

segue para o Senado, onde deverá sofrer resistência em razão das posições polêmicas do presidente Hugo Chávez.



RICARDO STUCKERT/PRF

## Prestação continuada no Fique por Dentro da Lei

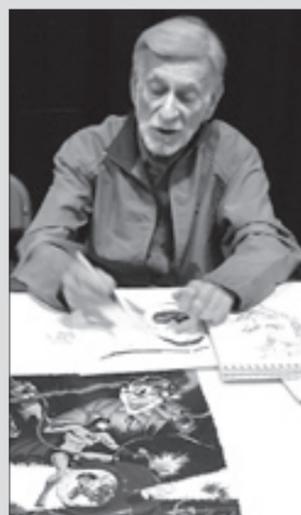
No Fique por Dentro da Lei desta terça-feira, às 8h30, a Rádio Senado dará detalhes sobre o benefício da prestação continuada, dinheiro pago aos idosos (maiores de 65 anos) e também às famílias de pessoas com deficiência impedidas de trabalhar. Para terem direito ao benefício, as famílias não podem ter renda per capita superior a um quarto do salário mínimo. Em valores de hoje, a renda familiar dividida pelo número de membros da família não pode ser maior que R\$ 95. A entrevistada do programa é Maria José de Freitas, diretora do Departamento de Benefícios Assistenciais do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

## Jerry Robinson, desenhista do Batman, é a atração do Profissão Cartunista

O terceiro programa da série Profissão Cartunista, da TV Senado, é sobre Jerry Robinson, lendário desenhista do Batman. A série retrata, por meio de documentários, a vida e a obra de cartunistas que marcaram o desenvolvimento desse meio de expressão. O programa vai ao ar no sábado, às 15h30, e no domingo, às 16h e às 21h.

Nascido em 1922, Jerry Robinson começou a trabalhar para Bob Kane, em 1939. Kane, junto com Bill Finger, acabara de criar o Batman para a National Comics. Robinson começou como letrista e finalista, passando também

a desenhista do personagem. Ele participou da criação e ajudou a definir o visual de personagens como Coringa, Robin, Alfred e Pingüim.



FELICKR

**Robinson ajudou a criar Coringa, Robin e Pingüim**

## A Copa de 2014 e o PIB em pauta

A Copa de 2014 e o PIB do país é o assunto do Senado Economia desta segunda-feira, às 8h30, da Rádio Senado. O especialista em marketing esportivo Amir Somoggi irá analisar como a escolha do Brasil para sediar a Copa pode afetar o PIB, a infra-estrutura e o sistema do futebol brasileiro.

## Programa Autores e Livros faz dez anos

O programa Autores e Livros, da Rádio Senado, iniciado em 6 de dezembro de 1997, completa nesta semana dez anos, período em que levou ao ar 475 edições. Neste sábado, às 15h, com reprise às 9h de domingo, o programa traz trechos de entrevistas com José Mindlin, João Ubaldo Ribeiro e Rachel de Queiroz, entre outros.

### TV Senado

#### SEGUNDA-FEIRA

1h - Leituras  
1h30 - Conversa de músico  
2h - Especiais  
3h - Inclusão/Diplomacia  
4h - Cidadania Debate  
5h - Cidadania Entrevista  
5h30 - Parlamento Brasil  
6h - Cidadania Debate  
7h - Leituras  
7h30 - Cidadania Entrevista  
8h - Diplomacia/Inclusão  
9h - Parlamento Brasil  
9h30 - Alô Senado  
10h - Especial/Comissões  
12h - Cidadania Entrevista  
12h30 - Direto do Cafezinho  
13h - Cidadania Debate  
13h45 - Senado Agora (ao vivo)  
14h - Plenário (ao vivo)  
18h30 - Senado Agora  
18h45 - Direto do Cafezinho/Comissões (ao vivo)  
19h - Cidadania Debate  
20h - Direto do Cafezinho  
20h30 - Cidadania Entrevista  
21h - Jornal do Senado  
21h30 - Plenário (reapresentação)/Comissões

#### TERÇA A QUINTA-FEIRA

1h - Plenário (reapresentação) ou Comissões (reapresentação)/Cidadania  
5h30 - Alô Senado ou Leituras  
6h - Cidadania Debate  
7h - Direto do Cafezinho  
7h30 - Cidadania Entrevista  
8h - Direto do Cafezinho  
8h15 - Senado Informa/Aconteceu no Senado  
8h30 - Direto do Cafezinho  
8h45 - Senado Informa/Aconteceu no Senado  
9h - Direto do Cafezinho  
9h30 - Comissões (ao vivo)  
13h45 - Senado Agora (ao vivo)  
14h - Plenário (ao vivo)  
18h30 - Senado Agora  
18h45 - Direto do Cafezinho/Comissões (ao vivo)  
19h - Cidadania Debate  
20h - Direto do Cafezinho  
20h30 - Cidadania Entrevista  
21h - Jornal do Senado  
21h30 - Plenário (reapresentação)/Comissões

#### SEXTA-FEIRA

1h - Plenário (reapresentação) ou Comissões (reapresentação)/Cidadania  
5h30 - Parlamento Brasil  
6h - Cidadania Debate  
7h - Direto do Cafezinho  
7h30 - Cidadania Entrevista  
8h - Direto do Cafezinho  
8h15 - Senado Informa/Aconteceu no Senado  
8h30 - Direto do Cafezinho  
8h45 - Senado Informa/Aconteceu no Senado  
9h - Plenário (ao vivo)  
13h45 - Senado Agora (ao vivo)  
14h - Comissões (inéditas ou reapresentação)  
18h45 - Direto do Cafezinho  
19h - Cidadania Debate  
20h - Direto do Cafezinho  
20h30 - Cidadania Entrevista  
21h - Jornal do Senado Federal  
21h30 - Plenário (reapresentação)/Comissões (inéditas)

#### SÁBADO

1h - Cidadania Debate  
2h - Leituras  
2h30 - Diplomacia  
3h30 - Cidadania Entrevista  
4h - Alô Senado  
4h15 - Ecosenado - Poluição do ar em São Paulo  
4h30 - De coração  
- Exercícios físicos nas doenças cardíacas  
5h - Conversa de Músico  
6h - Cidadania Debate  
7h - Alô Senado (reprise)  
7h15 - Ecosenado (reprise)  
7h30 - Cidadania Entrevista  
8h - De coração (reprise)  
8h30 - TV Brasil Internacional Hecho a Mano  
9h30 - Leituras  
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica? Orquestra Cega - Egito  
11h - Parlamento Brasil  
11h30 - Diplomacia  
12h30 - Cidadania Entrevista  
13h - Alô Senado  
13h15 - Ecosenado (reprise)  
13h30 - Cidadania Debate  
14h30 - Conversa de Músico  
15h30 - Mesa Brasileira Gaúchos e Colonos  
16h30 - Especial - Cartas ao País dos sonhos  
17h40 - Cidadania Entrevista  
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)  
19h - Cidadania Debate  
19h45 - Alô Senado  
20h - Leituras  
20h30 - Ecosenado (reprise)  
21h - Parlamento Brasil  
21h30 - Especial (reprise)  
22h40 - Diplomacia  
23h30 - De coração (reprise)  
24h - Espaço Cultural - Ópera Poranduba

#### DOMINGO

1h - Cidadania Debate  
2h - Alô Senado  
2h15 - Ecosenado (reprise)  
2h30 - Diplomacia -  
3h30 - Cidadania Entrevista  
-  
4h - Leituras  
4h30 - De coração (reprise)  
5h - Conversa de Músico  
6h - Cidadania Debate  
7h - TV Brasil Internacional (reprise)  
7h30 - Cidadania Entrevista  
8h - Leituras  
8h30 - De coração (reprise)  
9h - Diplomacia  
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)  
11h - Alô Senado  
11h15 - Ecosenado (reprise)  
11h30 - Especial  
12h30 - Cidadania Entrevista  
13h - Parlamento Brasil  
13h30 - Cidadania Debate  
14h30 - Espaço Cultural (reprise)  
16h - Mesa Brasileira (reprise)  
17h - Diplomacia  
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)  
19h - Cidadania Debate  
19h45 - Conversa de Músico  
20h30 - Leituras  
21h - Mesa Brasileira (reprise)  
22h - Especial (reprise)  
23h10 - Parlamento Brasil  
23h40 - De coração (reprise)  
24h10 - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)

#### SÁBADO

8h - Encontros com a Música Brasileira  
9h - Prosa e Verso  
10h - Especial (reprise)  
11h - Música Erudita  
12h - Senado Resumo (reprise)  
13h40 - Música e Informação  
15h - Autores e Livros  
16h - Música do Brasil  
17h - Música e Informação  
18h - Improviso Jazz  
19h - Senado Resumo (reprise)  
20h - Escala Brasileira

#### DOMINGO

8h - Brasil Regional  
9h - Autores e Livros (reprise)  
11h - Música do Brasil  
15h - Música Erudita (reprise)  
16h - Prosa e Verso  
17h - Reportagem Especial (reprise)  
18h - Encontros com a Música Brasileira (reprise)  
20h - Jazz & Tal

### Como sintonizar

**FM**  
Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas  
**ONDAS CURTAS**  
Frequência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG  
**INTERNET**  
No endereço [www.senado.gov.br/radio](http://www.senado.gov.br/radio), por meio do Real Player ou Windows Media Player  
**ANTENA PARABÓLICA**  
Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

### Como sintonizar

#### TV A CABO

NET, TVA e Vídeo Cabo

#### TV POR ASSINATURA

Sky (canal 118), Directv (217) e Tecsats (17)

#### UHF

João Pessoa (canal 40), Fortaleza (43), Brasília (51), Salvador (53), Recife (55) e Manaus (57).

#### ANTENA PARABÓLICA

Sistema analógico:

Satélite - B1

Transponder - 11 A2 Polarização: Horizontal

Frequência - 4.130 MHz

Sistema digital:

Satélite - B1

Transponder - 1 Banda Estendida, Polarização: Vertical

Frequência - 3.644,4 MHz

Frequência (Banda - L) -

1.505,75 MHz

Antena - 3,6 m

PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio

Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate - 3,2143Ms/s  
FEC - ¾

## SENADO



MARCIA KALLUME

O presidente interino do Senado, Tião Viana, ao lado do presidente licenciado Renan Calheiros (PMDB-AL), inaugurou, na terça-feira passada, as novas instalações do Comitê de Imprensa da Casa e da Agência Senado.

O projeto da reforma, do arquiteto Oscar Niemeyer, teve por objetivo dotar os cerca de 700 jornalistas da imprensa privada que cobrem as atividades

do Senado e 30 jornalistas da Agência Senado de instalações mais adequadas ao exercício de suas funções.

Foram instalados no local elevadores e banheiros adaptados a pessoas com deficiência. Iniciadas em junho deste ano, as obras custaram cerca de R\$ 404 mil, incluindo aquisição de equipamentos. Na ocasião, foi inaugurada a exposição do fotógrafo Célio Azevedo.

## Sessão comemora os 35 anos da criação do Prodasen

Os 35 anos de criação da Secretaria Especial de Informática (Prodasen) foram comemorados em sessão especial no Plenário do Senado, atendendo a requerimento do senador José Sarney (PMDB-AP). O 1º secretário, senador Efraim Moraes (DEM-PB), lembrou que o Prodasen foi um dos pioneiros no uso e na aplicação de instrumentos de tecnologia da informação no setor público brasileiro.

O senador Romeu Tuma (PTB-

SP), que já foi 1º secretário e também ajudou a modernizar o órgão, ressaltou que a instituição do Prodasen fez parte de uma política administrativa criada para dar maior infra-estrutura ao Senado, no sentido de contribuir para o aperfeiçoamento e a agilização dos trabalhos da Casa. De acordo com Mesquita Júnior (PMDB-AP), o Prodasen é um grande parceiro dos senadores para garantir o bom funcionamento da Casa.

# Dados sobre projetos mais acessíveis no site

O portal do Senado Federal ([www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)) está de cara nova. Desde segunda-feira passada, o internauta pode navegar com mais facilidade para obter informações sobre notícias das atividades parlamentares, discursos dos senadores na íntegra, pauta das sessões e também sobre processo legislativo.

A maior novidade diz respeito às informações geradas pela Secretaria Geral da Mesa, acessíveis já a partir da página de rosto do portal. Está sob a responsabilidade da secretaria a tramitação de todas as proposições legislativas – das propostas de emenda à Constituição aos projetos de lei originados no Senado e na Câmara –, desde a sua apresentação junto à Mesa até a votação nas comissões e em Plenário.



Segundo a secretária-geral da Mesa, Cláudia Lyra, as inovações no portal contribuem para uma maior aproximação entre os parlamentares e os cidadãos.

– É importante acompanhar de

perto a atividade dos senadores e, nesse caso, a internet transformou-se em um instrumento poderoso para que a cidadania possa ser exercida mais amplamente – observa.

## Roberto DaMatta em debate no Interlegis

Nesta segunda-feira, a partir das 18h, o antropólogo Roberto DaMatta e o cientista político Lúcio Rennó debatem com o autor do livro *A cabeça do brasileiro*, o sociólogo Alberto Carlos de Almeida, o papel das diferenças de escolaridade como fator determinante das desigualdades no Brasil. O evento, que será realizado no auditório do Interlegis e com inscrição gratuita aberta ao público, é promovido pelo Instituto de

Pesquisa DataSenado, faz parte do Ciclo de Conferências Unilegis 2007 e tem o apoio do Instituto Legislativo Brasileiro.

Com base nas idéias de DaMatta, a publicação analisa, do ponto de vista sociológico, a Pesquisa Social Brasileira promovida pela Universidade Federal Fluminense, com recursos da Fundação Ford. Alberto Almeida entrevistou 2.363 pessoas, em 102 municípios, que falaram

sobre ética, família, cor e raça, economia, política e igualdade.

Em reportagem de 26 de agosto último do jornal *O Estado de S. Paulo*, o sociólogo afirmou que a sua análise concluiu que, “quanto mais baixa a escolaridade, maior a tolerância do brasileiro com a corrupção”. Ele apurou que a tolerância à corrupção se confunde com a aceitação do “jeitinho”: “O jeitinho é a antessala da corrupção”, disse.

## Arquivo aberto

Em 5 de dezembro de 1967, há 40 anos, foi criada a Fundação Nacional do Índio (Funai) com a sanção da Lei 5.371/67. A foto ao lado, do cacique Raoni, foi registrada em 19 de abril de 2005, em comemoração ao Dia do Índio, promovida pela Funai em Brasília.



ELZA FRUZA/ABR

Em matéria especial veiculada em abril de 1999, a TV Senado entrevistou o então presidente do órgão, Marcos Lacerda. Em novembro de 2006, o *Jornal do Senado* noticiou reunião

no gabinete do vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, senador Paulo Paim (PT-RS), em que foi discutida com a Funai a desapropriação da terra dos índios craõs-canelas.

**Há 20 anos –** Em 7 de dezembro de 1987, a Unesco concedeu a Brasília o título de Patrimônio Cultural da Humanidade. No dia seguinte, o então senador Jofran Frejat foi ao Plenário registrar o fato e lembrou: “O processo se desenvolve desde a chamada Lei San Tiago Dantas. O artigo 38 já preparava o primeiro estágio para que Brasília, ou seja, o Plano Piloto, pudesse se tornar uma área de reconhecimento mundial e de conservação como Patrimônio Cultural da Humanidade”. Em 9 de outubro de 2006, o *Jornal do Senado* fez matéria em que o arquiteto Oscar Niemeyer diz considerar o edifício do Congresso Nacional sua realização predileta.

**Há 70 anos –** Em 5 de dezembro de 1937, nascia o ex-senador Antonio Mariz, na cidade de Souza (PB). Exerceu o mandato de 1991 a 1994. Em setembro de 1995, o senador José Sarney (PMDB-AP) lembrou em Plenário “o seu exemplo, a sua dignidade, a sua perseverança, a sua fidelidade à sua terra e ao povo brasileiro”. No mesmo dia, o então senador Ronaldo Cunha Lima traçou a história política Antonio Mariz: “Prefeito, expôs a beleza de seu caráter e a visão de homem público. Secretário de Estado competente. Deputado federal coerente. Diretor do BNH operoso. Senador corajoso e prudente, altivo e patriota. Governador a nos encher de esperanças”.

Coluna produzida pelo Serviço de Pesquisas Jornalísticas do Cedoc Multimídia

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente interino:** Tião Viana  
**2º Vice-Presidente:** Alvaro Dias  
**1º Secretário:** Efraim Moraes  
**2º Secretário:** Gerson Camata  
**3º Secretário:** César Borges  
**4º Secretário:** Magno Malta  
**Suplentes de Secretário:** Papatéo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretária-Geral da Mesa:** Claudia Lyra

### JORNAL DO SENADO

**Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Helival Rios

**Diretor do Jornal do Senado:** Davi Emerich (61) 3311-3333

**Editor-chefe:** Flávio Faria  
**Edição:** Djalba Lima, Eduardo Leão, Edson de Almeida, Janaina Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Valter Gonçalves Júnior.

**Reportagem:** Cíntia Sasse, João Carlos Teixeira, Mikhail Lopes, Paula Pimenta, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil.

**Diagramação:** Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda, Bruno Bazílio e Sergio Luiz Gomes da Silva  
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes  
**Tratamento de Imagem:** Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima  
**Arte:** Cirilo Quartim e Leif Bessa  
**Arquivo Fotográfico:** Elida Costa (61) 3311-3332  
**Circulação e Atendimento ao leitor:** Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

### Agência Senado

**Diretora:** Valéria Ribeiro (61) 3311-3327  
**Chefia de reportagem:** Denise Costa

e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670  
**Edição:** Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

[www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal)  
 E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
 Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137  
 Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar 70165-920 Brasília (DF)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

# Como e quando sacar o FGTS

O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), criado pela Lei 5.107/66, é uma espécie de poupança obrigatória, em que o empregador ou tomador de

serviços deve depositar o valor correspondente a 8% do salário pago ao contratado numa conta na Caixa Econômica Federal. Veja nesta edição como funciona e como sacar o FGTS.



## Empregador deve depositar valor igual a 8% do salário

Todos os empregados sujeitos ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e também os trabalhadores rurais, os temporários, os avulsos, os safristas e os atletas profissionais têm direito ao FGTS. No caso do empregado doméstico e do diretor de empresa sem vínculo empregatício, o empregador pode optar por recolher ou não o FGTS. Se optar por recolher, fica obrigado a fazê-lo durante toda a vigência do contrato de trabalho.

O depósito deve ser feito até o dia 7 do mês seguinte ao mês trabalhado e não pode ser descontado do salário. O percentual só não é de 8% para o trabalhador contratado como aprendiz, que recebe um depósito de 2% do salário mensal. Cada contrato de trabalho tem uma conta específica de FGTS aberta pela Caixa. Para saber se o depósito está sendo feito regularmente, o trabalhador deve manter atualizado seu endereço junto à Caixa, que envia extrato a cada dois meses. Caso o empregador não esteja depositando, é preciso procurar a Delegacia Regional do Trabalho (DRT) e denunciar.

As contas são remuneradas com juros de 3% ao ano e recebem correção monetária pela TR (Taxa Referencial). Os recursos são geridos por um conselho curador – formado por oito representantes do governo federal, quatro representantes dos trabalhadores e quatro dos empregadores –, sendo utilizados para financiar programas de habitação, saneamento e infra-estrutura urbana.

## Quem pode retirar e do que vai precisar

1. Quem foi demitido sem justa causa tem direito de sacar o saldo total, assim como o trabalhador contratado por tempo definido cujo contrato foi interrompido antes do prazo previsto e o diretor não-empregado exonerado. O trabalhador avulso, cujo trabalho foi suspenso por período igual ou superior a 90 dias também pode sacar o saldo. Em todos os casos, o empregador deverá depositar uma indenização (corrigida) de 40% do total dos depósitos realizados na conta do FGTS durante o contrato de trabalho.  
Documentos específicos
  - a) Termo de rescisão do contrato de trabalho (TRCT) homologado ou documento da Justiça do Trabalho reconhecendo a dispensa.
  - b) TRCT e cópia da carteira de trabalho com identificação do trabalhador e do contrato (ou cópia do próprio contrato).
  - c) Declaração do sindicato ou do órgão de gestão de mão-de-obra comunicando a suspensão total do trabalho por 90 dias ou mais.
2. Quem teve o contrato de trabalho declarado nulo ou rescindido por culpa recíproca (decisão da Justiça do Trabalho) ou por força maior pode sacar a totalidade do saldo. Em caso de força maior, deve ser acrescida uma indenização (corrigida) de 20% sobre o total dos depósitos.  
Documentos específicos
  - TRCT e sentença que reconheça a existência de culpa recíproca ou de força maior; ou a nulidade do contrato de trabalho.
3. Quem é empregado de empresa que foi extinta total ou parcialmente pode sacar o saldo total das contas do FGTS.  
Documentos específicos
  - TRCT e declaração do empregador confirmando a rescisão em razão de extinção total ou parcial da empresa.
  - Documento que comprove a extinção total da empresa ou de qualquer de suas filiais ou agências; ou a certidão de óbito do empregador individual; ou decisão judicial de falência transitada em julgado.
4. Quem tem conta inativa pode sacar o saldo total do FGTS se a conta não recebeu depósito por três anos seguidos, a partir do primeiro dia útil do mês do seu aniversário. Assim, alguém que pediu demissão em março de 2005 e faz

- aniversário em 1º de dezembro, poderá sacar a partir de 3 de dezembro de 2007.
- Documentos específicos
- Carteira de trabalho e comprovante de afastamento há mais de três anos.
  - Para o trabalhador não sujeito à CLT, comprovante da inexistência de vínculo com o FGTS por, no mínimo, três anos ininterruptos.
5. Quem se aposenta pode sacar o saldo total do seu FGTS.  
Documentos específicos
    - Documento do INSS (ou equivalente) que comprove a aposentadoria.
  6. Os maiores de 70 anos também têm direito a sacar o saldo total.
  7. Dependentes e/ou herdeiros podem sacar o total do fundo em caso de morte do titular.  
Documentos específicos
    - Certidão de óbito; declaração de dependentes do INSS ou órgão equivalente; ou declaração de pensionista; ou, na falta de dependentes, alvará judicial indicando os herdeiros; certidão de nascimento e CPF dos dependentes menores.
  8. Quem tem necessidade pessoal, grave e urgente (trabalhador residente em área reconhecida pelo governo federal como tendo sido atingida por situação de emergência ou em estado de calamidade pública) pode sacar até R\$ 2.600 do FGTS. Não pode haver outro saque pela mesma razão antes de decorridos 12 meses.  
Documentos específicos
    - Declaração enviada pela prefeitura à Caixa.
    - Comprovante de residência em nome do trabalhador emitido nos últimos 120 dias.
  9. Quem tem câncer, é HIV positivo, doente terminal ou tem dependente em uma dessas situações pode sacar o saldo de todas as contas, inclusive da atual, enquanto houver saldo.  
Documentos específicos
    - HIV – original e cópia do atestado fornecido pelo médico que acompanha o tratamento.
    - Câncer – atestado médico com no máximo 30 dias da data de expedição e cópia do laudo do exame que serviu de base para o atestado.
    - Estado terminal – atestado médico que caracterize claramente o estado em razão de doença grave.
    - Comprovante de dependência, no caso de saque em que o dependente do titular da conta estiver em uma das situações acima.

## Documentação exigida para todos os casos

Além dos documentos específicos de cada caso descritos no quadro acima, os sacadores também devem apresentar:

- Documento de identificação (RG ou similar).
- Cartão do cidadão ou cartão de inscrição PIS/Pasep ou número de inscrição PIS/Pa-

sep. Para o doméstico não cadastrado no PIS/Pasep, é necessário o número de inscrição no INSS.

- Carteira de trabalho.
- Solicitação de saque – formulário disponível nas agências da Caixa, preenchido corretamente e assinado.

### Saiba mais

FGTS na compra da casa própria: Especial Cidadania nº 164, de 9/4/07 - [www.senado.gov.br/comunica/agencia/cidadania/index.htm](http://www.senado.gov.br/comunica/agencia/cidadania/index.htm)  
Ministério do Trabalho e Emprego  
0800 610101 - Sul e Centro-Oeste, e os estados do Acre, Rondônia e Tocantins  
0800 2850101 - Sudeste, Nordeste e Norte, exceto Acre, Rondônia e Tocantins  
[www.mte.gov.br](http://www.mte.gov.br)  
Caixa Econômica Federal  
0800 726 0101  
[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)

Projetos de lei  
PLS 208/07 - Permite o saque do FGTS para pagamento de matrícula e mensalidades de curso superior. Autor: senador Raimundo Colombo  
PLS 255 e 263/07 - Disciplinam o saque do FGTS pelos aposentados que voltam a trabalhar. Autores: respectivamente, senadores Neuto de Conto e Paulo Paim  
PLS 586/07 - Reduz o prazo de carência para saque do FGTS para pagar financiamentos habitacionais. Autor: senador Paulo Paim